



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
PROJETOS PEDAGÓGICOS DE CURSOS
LETRAS - LÍNGUA INGLESA

DIMENSÃO 1 - ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

HISTÓRICO DA UFPA

A Universidade Federal do Pará é uma instituição federal de ensino superior, organizada sob a forma de autarquia, vinculada ao Ministério de Educação e Cultura (MEC) através da Secretaria de Ensino Superior (SESu). A instituição foi criada pela Lei n. 3.191, de 2 de julho de 1957, sancionada pelo então Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, e seu princípio fundamental é a integração das funções de ensino, pesquisa e extensão.

A missão da UFPA (Universidade Federal do Pará) é gerar, difundir e aplicar o conhecimento nos diversos campos do saber, visando à melhoria da qualidade de vida do ser humano em geral e, em particular, das(os) amazônidas(os), aproveitando as potencialidades da região, mediante processos integrados de ensino, pesquisa e extensão, com princípios de responsabilidade, de respeito à ética, à diversidade biológica, étnica e cultural, garantindo a todas(os) o acesso ao conhecimento produzido e acumulado, de modo a contribuir para o exercício pleno da cidadania mediante formação humanística, crítica, reflexiva e investigativa.

Dessa forma, a UFPA vem, ao longo desses anos, preparando profissionais competentes e atualizados para o mundo. Sendo o Pará um estado com dimensões continentais, era impossível aproveitar tais potencialidades com uma universidade sediada apenas na capital do Estado. Nem todas(os) poderiam usufruir das possibilidades de se deslocar a Belém a fim de prosseguir seus estudos em nível superior. Deu-se início, então, ao processo de interiorização das ações universitárias, que representou um momento importante na estruturação da UFPA. Tal processo se iniciou nos anos de 1970, estendendo-se sua discussão até 1986, ano em que foi aprovado, através da Resolução nº 1.355, o Programa de Interiorização da Universidade.

Seu programa inaugural objetivou alterar precipuamente o panorama do ensino de 1º e 2º Graus, em especial no interior do estado. À época, havia sido constatado que apenas 150 dos 25 mil professores da rede pública do estado possuíam formação superior para o magistério. Assim, a UFPA encetou o projeto de interiorização mediante a oferta de cursos especiais de licenciatura curta nas áreas de Letras-Língua Portuguesa, Estudos Sociais e Ciências Naturais, destinado à formação e qualificação desses docentes.

Sob essa incumbência institucional, foram eleitos 8 (oito) municípios sede para primeiramente se efetivarem como loci dessas ações, localizados em cada uma das seis mesorregiões do Estado, sendo: no Baixo Amazonas, o município de Santarém; no Marajó, a municipalidade de Soure; na região Metropolitana de Belém, a cidade de Castanhal; no Sudoeste do Pará, o município de Altamira; no Nordeste, os municípios de Abaetetuba, Bragança e Cametá; e no Sudeste, a cidade de Marabá. Tais municípios funcionaram inicialmente como polos para atender a demanda local e de cidades vizinhas. Nesse sentido, as prefeituras locais se uniram ao projeto, doando prédios para a instalação da sede do campus e cedendo servidores para o apoio administrativo, vigilantes e motoristas.

O Campus de Altamira, por sua vez, foi criado em 1987 e, desde então, vem formando técnicos e docentes em nível superior na mesorregião do sudoeste paraense, que engloba assim os municípios de Brasil Novo, Medicilândia, Uruará, Placas, Senador José Porfírio, Porto de Moz, Gurupá, Vitória do Xingu, Anapu, Pacajá e Novo Repartimento. Esta unidade da UFPA na região responde a múltiplas demandas sociopolíticas e continua a avançar no sentido da superação dos principais desafios educacionais apresentados pelo espaço social em que a IES (Instituição de Ensino Superior) se instancia, a saber, a carência de recursos humanos qualificados, os quais, através da formação de profissionais de nível superior, podem atender às necessidades de Altamira e dos municípios adjacentes, principalmente na área da educação básica, ainda mais no que se refere à formação de professores de língua estrangeira.

A partir da década de 1980 e através dos anos 1990, o Campus iniciou suas atividades com os cursos intensivos de Letras-Português, Pedagogia, Ciências, História, e Geografia, ofertados nos períodos de recesso escolar, o que possibilitou a satisfação imediata de uma demanda específica e premente, qual seja a necessidade formar em nível superior as dezenas de professores advindos de outros municípios da região. Em outubro de 1992, iniciaram-se os cursos regulares de Licenciaturas em Letras-Português e Matemática, seguidos pelo curso de Pedagogia em 1994, que pretendiam servir a parte das sociedades locais ainda não contemplada pelos cursos intervalares.

Já a partir de 1996 se estabelece em Altamira, por intermédio do Centro Agropecuário, o

Curso de Licenciatura em Ciências Agrárias, que pretendia suprir a necessidade de uma melhor compreensão, exploração epistêmica e usufruto do potencial agropecuário da região. Não obstante, a emergência e os hercúleos esforços institucionais da UFPA como entidade promotora de princípios socioambientais responsáveis e humanizadores, mais de uma década depois a região de Altamira passou a integrar o arco do desmatamento, constituindo-se um dos municípios que mais elimina cobertura vegetal no espaço amazônico (Infoamazônia, 2022; ISA, 2019).

Por outro lado, e apesar desses enormes desafios relativos à seara agrônômica e florestal, na seara referente à formação de educadores para o ensino básico, o Campus de Altamira continuou a expandir-se em múltiplas direções, mantendo núcleos fora do município-sede, como é o caso da cidade de Uruará, onde a unidade tem promovido há mais de década diversas ações voltadas à formação de professores para a educação no campo. Essa iniciativa se estruturou a partir de vários projetos vinculados ao Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), iniciado em 1998 e que visava ao atendimento de reivindicações de movimentos sociais e de sindicatos dos trabalhadores rurais da região Transamazônica em prol do direito à educação superior pública, acessível e gratuita.

Como se pode ratificar a partir da vocação da unidade desta IES na região, os eixos que norteiam o funcionamento do Campus estão pautados nas demandas sociais locais, portanto, centrados no aprimoramento do sistema educacional elementar mediante a formação de (i) professores para atuar na educação básica e (ii) de agentes de desenvolvimento com vistas à transformação social e econômica, apoiando a consolidação e aperfeiçoamento das instituições básicas de ensino que servem às centenas de habitantes da região, incluindo os milhares de operários da agricultura familiar, os grupos sociais afrodescendentes e/ou socioeconomicamente vulnerabilizados em geral e as populações tradicionais, tais quais os quilombolas, indígenas e ribeirinhos.

Não obstante a patente relevância dessa unidade da UFPA no sudoeste paraense, sem a qual a região enfrentaria sérios problemas de escassez de educadores qualificados, ainda há numerosos obstáculos e desafios a serem superados, sobretudo no que concerne às questões de investimento público, dotação orçamentária e consolidação da infraestrutura. Apesar disso, ou seja, a despeito de todos os óbices que emergem de dentro e de fora da administração pública federal, constatam-se significativos avanços alcançados nos últimos anos, principalmente no que tange à capacitação do corpo docente, à formação socialmente referenciada dos egressos e à expansão dos espaços de ensino-aprendizagem.

No mesmo sentido, a UFPA em geral também avançou. Atualmente, a IES possui, não mais oito, mas 11 (onze) campi universitários no interior do estado: Campus de Abaetetuba, de

Altamira, de Bragança, de Breves, de Cametá, de Capanema, de Castanhal, de Marabá, de Santarém, de Soure e de Tucuruí. Ao mesmo tempo, em 2018 a universidade passou a figurar no Times Higher Education Ranking (Latin America) na 21ª posição no país, 71-80ª no continente e, mundialmente, oscilando entre a 1.001ª e 1250ª posições (THE Ranking, 2018). A seguir, entre 2021 e 2023 a universidade continuou a galgar posições mais relevantes em outros rankings, como o QS World Latin America, 127ª (QS Ranking, 2022), QS World University Rankings 2023, 1201-1400ª (QS Ranking, 2023), o Times Higher Education Latin America University Rankings 2021, 94ª (THE Ranking, 2021), o Times Higher Education Latin America University Rankings 2022, 75ª (THE Ranking, 2022a) e o Times Higher Education Emerging Economies Rankings, 501ª (THE Ranking, 2022b). Nacionalmente, a posição de prestígio da UFPA tem se consolidado entre as 30 melhores instituições brasileiras, de modo que a IES tende a manter-se nesse grupo ao menos desde 2012, conforme o Ranking Universitário da Folha (RUF, 2012; 2013; 2014; 2015; 2016; 2017; 2018; 2019); sendo que desde 2013 a universidade tem sempre atingido mais que 70 pontos na escala centesimal considerada no ranqueamento.

Evidentemente, em face da densidade populacional da mesorregião centro-norte do Pará, a oferta da maioria das atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão, além da própria gestão central da UFPA, realiza-se na Cidade Universitária José da Silveira Neto, localizada no bairro do Guamá, setor periférico da área metropolitana de Belém, há quase uma dezena de quilômetros de seu centro comercial ? o que em princípio já indicia o projeto orgânico de integração desta IES com as comunidades locais que devem, sob a égide da equidade, usufruir do ensino-pesquisa público, gratuito e de qualidade.

A partir de suas funções mais elementares, relativa à promoção do ensino superior, a UFPA oferece dezenas de cursos de graduação (licenciaturas e bacharelados) e de pós-graduação (stricto sensu e lato sensu), cursos de extensão, além de prestação de serviços de caráter técnico-científico e sociocultural às comunidades que compõem o corpo discente e a força de trabalho da instituição, e que também a circundam nas diversas regiões deste estado setentrional do país. Em outras palavras, essas atividades se encontram distribuídas pelos diversos campi, faculdades/subunidades, núcleos, institutos e departamentos da UFPA; de modo que a instituição tem povoado não apenas o espaço sociocultural e o imaginário dos paraenses, dos nortistas e outros cidadãos brasileiros e estrangeiros, mas tem também se consolidado de forma permanente no horizonte geográfico dos agrupamentos sociais aos quais se integra. Em Belém, por exemplo, a universidade ocupa uma área total de 2.064.755,90 m², dos quais 216.858,06 m² são de área construída, enquanto em Altamira a área ocupada (cuja medida se aproxima dos 50.000,00 m²), embora seja notadamente menor

que aquela da unidade-sede, torna este campus o maior e mais socialmente relevante do sudoeste do estado, superando outras universidades privadas e a instituição pública estadual instalada na mesorregião.

As estratégias de atuação desta IES, que se voltam à consecução de metas de curto e longo prazo, bem como à superação de desafios institucionais, são estabelecidas em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) para o período 2016-2025. No âmbito deste Campus de Altamira, tais estratégias são definidas no Plano de Desenvolvimento da Unidade (PDU) para o período 2017-2020, considerando-se que o PDU 2021-2024 está em fase de finalização.

Conforme o Anuário Estatístico 2017 (Ano-Base 2016) da Pró-Reitoria de Planejamento (PROPLAN/UFPA), a UFPA é um estabelecimento de ensino, pesquisa e extensão que possui uma enorme estrutura de funcionamento em comparação a outras universidades do Norte do país, acolhendo uma comunidade técnico-acadêmica de mais de 45.156 pessoas. Deste montante, 2.359 são docentes efetivos, 2.487 são técnico-administrativos, e 49.435 são discentes. Se considerados, por sua vez, os níveis de formação dessas(es) estudantes, aquelas(es) matriculadas(os) na graduação somam 40.310 e na pós-graduação são cerca de 9.125; todas(os) estas(es) distribuídos através dos 132 cursos de graduação, 70 cursos de especialização, 74 programas de mestrado e 39 programas de doutorado.

A visão institucional desta IES federal e pública paraense é ?ser reconhecida nacionalmente e internacionalmente pela qualidade no ensino, pela produção de conhecimento e por suas práticas sustentáveis, criativas e inovadoras integradas à sociedade? (UFPA, 2017, p. 33). Com essa configuração organizacional e seu significativo volume de agentes, aliadas(os) aos imensos desafios que a UFPA se propõe a superar, as ações institucionais tendem a adquirir o formato de programas e projetos de ensino, pesquisa e extensão que possam se reverter em práticas de formação humanística, técnico-científica, sociopolítica e cultural continuadas e qualificadas. Essas frentes de trabalho miram permanentemente a consecução de metas institucionais comunitariamente construídas, e socio-ambientalmente responsáveis e referenciadas, segundo reiteram as competências gerais dos formandos, aplicáveis às(aos) estudantes de licenciatura e mencionadas nos incisos VII e X da seção anexa à resolução do CNE/CP no. 002/2019, atinente à BNC-Formação.

1.1 DA CONSTRUÇÃO DESTE PPC EM LETRAS-INGLÊS (ALTAMIRA)

A elaboração deste Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Letras Língua-Inglesa, no âmbito do Campus de Altamira (CALTA/Altamira), da Universidade Federal do Pará, é uma tarefa

que tem se desenvolvido através de um considerável período-tempo. Embora seu marco inicial anteceda a publicação da resolução acima mencionada, para além de outras normas institucionais internas e externas, a entrada em vigor daquele dispositivo regulamentar certamente se constituiu como propulsor emblemático dessa árdua tarefa de rever este documento fundacional e programático.

Sob a égide da equipe que compõe a Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PROEG/UFPA), incluindo assessores técnicos, docentes, discentes e técnicos do Campus, a seara de reformulação deste projeto se intensificou a partir de 2016, teve seu ritmo de desenvolvimento parcialmente prejudicado pela pandemia de covid-19 (2020-2022), mas foi retomado no ano de 2022 e concluído no corrente ano. Nesse período, discussões envolvendo diferentes agentes com poder de decisão no processo, para além dos diálogos cotidianos entre a coordenação do curso e os acadêmicos de graduação diretamente afetados por esta formulação, foram direcionando o debate acerca da organização pedagógica e programática do curso para posições didático-pedagógicas, logísticas e epistemológicas frequentemente mais consolidadas e maduras.

É certo que muitos dos desafios encontrados em versões anteriores deste PPC passaram a ser observados a partir de tópicos centrais, que se tornaram objeto de escrutínio maior por parte das(os) participantes do processo de construção deste documento. Entre esses tópicos, podem-se mencionar a necessidade de avaliação e ampliação mais sistemáticas das ações formativas preconizadas neste projeto; a imperatividade de uma adaptação mais acurada da estrutura curricular no que concerne ao contexto local, bem como aos princípios de diversidade sociocultural, aos princípios de autocuidado/autoconhecimento/autocrítica do educando, ao rigor técnico-científico/tecnológico, efetividade entre teoria e prática, práxis extensionista e responsabilidade socioambiental/humanística, a fim de fazer vigorar as novas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN).

Desse modo, este projeto pretende aproximar a universidade das necessidades sociais, ambientais e tecnológicas mais prementes da região de Altamira e demais municípios adjacentes, mediante um permanente processo de avaliação das ações universitárias (inciso IX, art. 8º, CNE/CP 002/2019), a fim de periodicamente mensurar seus mecanismos de implementação e seus impactos, sempre com vistas à consecução de objetivos referenciados na formação profissional docente teórico-prática, solidária, democrática e comunitariamente referenciada nesta mesorregião do Pará (incisos II, VI, VII e VIII, art. 8º, CNE/CP 002/2019).

Sob essa perspectiva, um dos propósitos elementares deste projeto é fomentar a educação de qualidade cada vez mais acentuada e comprometida com o entorno socioambiental,

instanciando a responsabilidade precipuamente formativa que dirige esta instituição de ensino. Este programa, não se pode olvidar, está inserido no contexto maior de consolidação da UFPA, macro-processo que não apenas contempla a ampliação lógico-estrutural dos espaços e práticas de ensino-aprendizagem e pesquisa, mas também se relaciona a uma incessante busca pela superação das condições de desigualdade socioambiental e tecnológica que ainda se impõem sobre o cenário e as distâncias quase continentais da região amazônica. Este PPC do curso de Letras-Língua Inglesa prevê uma estrutura curricular que procura efetivar e integrar competências de tríplex dimensão profissional às competências próprias da prática pedagógica e às competências epistêmicas específicas da área de ensino de língua inglesa e ensino de literatura anglófono, de linguística aplicada e teórica, entre outros domínios pertinentes que perfazem o curso tanto no que concerne à interação teoria-práxis, quanto no que tange à tríade fundacional do ensino, pesquisa e extensão. Com efeito, este projeto acompanha a matriz curricular prevista para as licenciaturas, conforme a resolução do CNE/CP no. 002/2019, a fim de oportunizar ao futuro professor de língua inglesa: (a) o aprimoramento da capacidade de compreender e produzir textos em língua materna e na língua-alvo; (b) a apropriação e implementação de metodologias inovadoras e das linguagens digitais como integrantes do processo de ensino-aprendizagem; (c) efetivação e aprofundamento de competências profissionais socialmente referenciadas na escola, e sistemicamente articuladas entre teoria e prática, ação didático-pedagógica e gestão escolar, pesquisa e ensino, universidade e educação básica; (d) o desenvolvimento de competências relativas à permanente avaliação e refacção da práxis pedagógica, cujas vias de (re)implementação devem se estruturar a partir de evidências diagnósticas/prognósticas; (e) uma formação integral do licenciando que, para além das habilidades técnico-científicas atinentes ao exercício da profissão, contemple o respeito e a valorização de princípios democráticos, humanísticos e de diversidade.

Liderados pelo NDE (Núcleo Docente Estruturante), apesar dos óbices intra-institucionais enfrentados por este órgão, os co-construtores deste programa foram paulatinamente erguendo plataformas de consenso e mediação no que se refere aos pontos mais nevrálgicos do PPC. Eventualmente, as reflexões empreendidas no decurso deste longo processo ora expandiram os horizontes da reflexão, ora levaram inevitavelmente a impasses. Ademais, é preciso notar também que obstáculos de natureza técnico-administrativa, transição entre coordenadores de curso, afastamento de docentes para o doutoramento, redistribuição de servidores, licenças e a ocasional perda de códigos de vaga de agentes públicos do ensino-pesquisa propiciaram fases de desaceleração no ritmo de produção das diversas frentes de trabalho do PPC; sem mencionar outros desafios decorrentes da sobrecarga de

atividades de ensino-pesquisa-extensão por parte dos docentes e a disponibilidade reduzida de recursos humanos na unidade e na instituição como um todo.

Para além das reuniões do NDE, do Colegiado do Curso e do Conselho da Faculdade, outro conjunto de atividades que contribuiu para a formulação deste programa foi a participação nas múltiplas edições do Fórum de Graduação e das Licenciaturas. Evidentemente, esses espaços de reflexão sobre as concepções epistemológicas e a práxis didático-pedagógicas possibilitaram a vivência e o intercâmbio de experiências curriculares com diversos outros cursos de licenciatura, de modo a adensar a construção de proposituras a serem analisadas, debatidas e reformuladas, sempre com vistas ao desenvolvimento de um programa didático-pedagógico cada vez mais consistente, rigoroso e compatível com as normas federais mais recentes.

JUSTIFICATIVA DA OFERTA DO CURSO

O Campus Universitário de Altamira tornou-se, há mais de decênio, uma das unidades descentralizadas da UFPA contempladas pelo Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), empreendido pelo Governo Federal a partir do Decreto no. 6.096 de 24 de abril de 2007. Esta normativa político-administrativa possuía o condão de ampliar a inclusão de setores sociais mais vulneráveis e desfavorecidos no que concerne ao ensino superior público e gratuito. Sua meta mais precípua era fomentar um acesso gradativamente mais amplo aos cursos de ensino superior ? o que favoreceu sobretudo as licenciaturas ?, e otimizar as taxas de conclusão da graduação.

Para tanto, o governo federal adotou uma série de estratégias para garantir a consecução das metas pactuadas pelo programa. Com efeito, foram criados centenas de novos cursos de norte a sul do país, processo que também produziu impactos positivos na região de Altamira. No ano de 2008, por exemplo, um ano após o início do REUNI, o curso de bacharelado em Engenharia Florestal foi criado e passou a ser implementado nesse município. No ano consecutivo, 2009, começaram a operar os cursos de graduação em Geografia, Letras-Língua Inglesa e Etnodesenvolvimento. Consequentemente, nesse novo contexto, o MEC (Ministério da Educação) determinou a abertura de concurso público para contratação de 38 professores e 13 técnicos de nível médio e superior para o Campus de Altamira. Além disso, o órgão determinou a liberação de recursos orçamentários para construção de laboratórios, salas de aulas e prédios administrativos no referido município.

O curso de Licenciatura em Língua Inglesa neste Campus foi na verdade criado no ano de

2008, resultado da adesão da UFPA ao conjunto de iniciativas propostas pelo REUNI. Obviamente, a emergência dessa graduação não pode ser observada apenas a partir da ótica da expansão do ensino superior, particularmente nos campi do interior, ou somente a partir da necessidade de aprimoramento dos índices de permanência e de conclusão dos cursos de licenciatura. Assim, Letras-Língua Inglesa nesta mesorregião é também uma resposta político-administrativa a uma demanda decenária das comunidades de Altamira e municípios circunvizinhos, que então padeciam em face da escassez de profissionais qualificados na área de língua estrangeira para atuação na educação básica das redes pública e privada.

Nesse sentido, a efetivação do curso de licenciatura em língua inglesa na mesorregião inseriu no horizonte de necessidades e expectativas sociais locais a ideia de que ensinar e aprender uma língua franca como o inglês se refere tanto a um uso potencial do novo idioma, e não somente a um emprego imediato da língua. Assim, o referido curso passou a instanciar práticas que concebiam a aquisição de LI (Língua Inglesa) como forma de ampliar as nossas perspectivas sobre o mundo, sobre percepção de nossa própria cultura e da cultura do outro. Além disso, o idioma estrangeiro possibilita o acesso a bens culturais e práticas sociais diversas que podem ser empregadas não somente no aperfeiçoamento de habilidades e competências intelectuais e crítico-reflexivas, bem como no exercício direitos e deveres na própria sociedade em que se vive ou mesmo para resistir aos assujeitamentos do poder que a todo agente social acomete.

É bem verdade que o domínio sobre uma língua franca de tamanha representatividade no cenário internacional, para além de fomentar a independência intelectual, o redimensionamento cognitivo e ideológico (no sentido de visão do mundo), profissional e formativo, oportuniza diversas formas de mobilidade geossocial e política. Desse modo, o ensino-aprendizagem do idioma inglês, promovido a partir do REUNI, obtém muito mais sentido se estiver ligado não apenas a sua utilidade e prática social, mas também às vantagens humanistas, intelectuais e pessoais.

A língua inglesa, em particular, tornou-se extremamente relevante como forma de interação entre diversas sociedades e culturas, assim como para a produção e apropriação de conhecimento científico e tecnológico. Assim, apesar de, através dessa língua franca, termo-nos tornado partícipes de um mundo cosmopolita com distâncias aparentemente reduzidas em virtude dos impactantes avanços da tecnologia da informação, do transporte e da comunicação, a proximidade entre as pessoas é confrontada por barreiras linguísticas, inúmeras diferenças socioculturais e políticas, bem como grotescas desigualdades referentes ao acesso, inclusão e usufruto da educação, saúde e renda.

Em outro sentido, mulheres e homens do século XXI possuem o direito de romper ? também

através da competência linguística voltada ao respeito pela diversidade, pela democracia e pelos direitos humanos ?, os limites dos espaços geográfico e cultural em que se inserem. Assim, o contato permanente com outras realidades, outras sociedades, culturas e modo de vida exige das(dos) cidadãs(ãos) contemporâneas(os) uma formação que lhes propicie o ensino-aprendizagem de uma ou mais línguas estrangeiras, em particular a competência necessária sobre uma língua franca. Nesse sentido, o inglês é, indiscutivelmente e em face da geopolítica atual, a manifestação mais evidente de uma extensa, plural e diversa comunidade internacional de norte a sul do globo, sendo também indissociável dos povos e culturas em que se instancia. É também a mais proeminente forma de comunicação no âmbito da ciência, da tecnologia, da política e da filosofia, e do intercâmbio econômico e financeiro.

Para além dessas funções na vida cotidiana dos trópicos, o inglês ocupa a um só tempo outros papéis bastante significativos na vida acadêmica de qualquer estudante e no desenvolvimento tecnológico-científico de qualquer nação. Aquelas(es) que desejam prosseguir com sua formação acadêmica e/ou científica frequentemente necessitam do domínio de, pelo menos, uma língua franca, em particular a apropriação sobre o inglês. Do mesmo modo, educandos e pesquisadores que se envolvem em atividades investigativas dificilmente conseguem avançar em suas empreitadas sem o acesso aos conhecimentos produzidos pela comunidade internacional e ainda não traduzidos para a língua portuguesa.

No que se refere à dimensão técnico-profissional, em múltiplas áreas de atuação, a presença de uma língua franca como o inglês também é cada vez mais essencial. A operação e domínio sobre muitas ferramentas e processos tecnológicos, desde elementos menos até os mais complexos tem exigido cada vez mais o acesso a textos escritos e orais no idioma inglês.

Sob essas condições, portanto, incumbe-se ao Curso de Licenciatura em Língua Inglesa em Altamira a responsabilidade social de formar profissionais interculturalmente competentes, aptos a gerenciar de modo crítico-reflexivo as linguagens digitais através de diversas modalidades, especialmente a verbal. É também imperativo a essa graduação, por óbvio, a tarefa sistêmica e permanente de oferecer aos futuros formandos a oportunidade de desenvolver competências e habilidades específicas no que concerne ao domínio e ao ensino-aprendizagem da língua inglesa. Dessa maneira, esta licenciatura apresenta por escopo a preparação de docentes e pesquisadores mais sintonizados com o mundo real das práticas escolares na região, superando estereótipos relativos à não-aprendizagem de um idioma franco em instituições públicas de ensino básico ou à uma pretensa insuficiência técnico-científica por parte dos professores que já atuam na educação inicial dos Amazônidas.

Este curso de graduação apresenta à sociedade uma propositura educacional significativamente ousada e criativa quando comparada aos programas anteriores. Assumindo em definitivo seu papel na formação de professores para o ensino básico e, eventualmente, na educação de pesquisadores capacitados a prosseguir a carreira acadêmica e atuar também no ensino superior, dentre outras modalidades de ensino e em outras áreas além da docência, este projeto se renova a partir de uma nova visão de processo macro-formativo. A partir dessa perspectiva, profissionalização, apropriação técnica, práticas extensionista e pedagógica são não somente indissociáveis entre si, mas também produzem efeitos de integração dos mais diversos, aproximando a(o) licencianda(o) das realidades concretas que encontrará no exercício real da profissão tão logo se torne egressa(o).

É igualmente relevante observar que o curso de graduação em língua inglesa responde a uma demanda significativa da mesorregião por professores de língua e literatura anglófonas que atuem no sudoeste do Pará e em estados circunvizinhos. Nesse sentido, esse curso de graduação, por encontrar-se em uma cidade cercada por uma dezena de outras municipalidades menores, e ao mesmo tempo localizar-se há mais de 500 quilômetros de centros urbanos maiores, como Santarém-PA e Marabá-PA, forma professores para atuar não somente em Altamira, como também em todas as cidades e zonas rurais circunvizinhas, ou mesmo em outros estados, como é o caso das unidades federativas do Amazonas, Tocantins e do Amapá. Além de formar profissionais para a docência nos níveis fundamental e médio da educação básica, seja na rede pública ou privada, inclusas as escolas particulares de idiomas, há a possibilidade de garantir a formação continuada de seus egressos com perfil de pesquisadores por meio do ingresso em programas de pós-graduação na própria UFPA ou nas universidades mais próximas, como é o caso da UNIFESSPA (Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará), UFOPA (Universidade Federal do Oeste do Pará), UFT (Universidade Federal do Tocantins), UFNT (Universidade Federal do Norte de Tocantins), UFRA (Universidade Federal da Amazônia), UFAM (Universidade Federal do Amazonas) e UNIFAP (Universidade Federal do Amapá). O egresso da licenciatura em letras-inglês tem ainda a possibilidade de atuar no ensino técnico dos institutos federais do Pará e de outros estados, tais quais o IFAM (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas), o IFAP (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá) e o IFTO (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins).

Nesse contexto, a oferta de vagas de licenciatura em língua inglesa acompanha de perto tanto a capacidade de mobilidade geossocial das(os) ingressantes dentro da mesorregião, incluindo índices de pobreza (ANDRADE, 2014, p. 60), quanto o crescimento populacional de Altamira e municípios vizinhos ? dados oficiais mais recentes estão indisponíveis, de modo

que informações anteriores ainda surpreendem ao apontar uma população na mesorregião que se aproxima de 600 mil habitantes (ANDRADE, 2014, p. 47; GeoGeral, 2008). Outras dimensões estatísticas são igualmente consideradas, tais quais os índices de evasão escolar no nível básico de educação (GUIMARÃES, 2022; FURTADO, 2022), o número de egressos do ensino médio nessas mesmas municipalidades, bem como a relação candidata(o) vs. vaga ao fim de cada processo seletivo de ingresso. Em referência a esses dados e levando-se em conta os recursos humanos e operacionais da IES na região, são anualmente ofertadas entre 30 e 40 vagas, sendo livre e/ou igualmente distribuídas entre ingressantes cotistas e não-cotistas via PS/Sisu no segundo ou primeiro semestre.

Entre 2017 e 2022, a relação candidato-vaga para o curso de licenciatura em língua inglesa foi de cerca de 6,54 para os cotistas e de 0,97 para os não-cotistas, com média aritmética geral (MAG) de 3,76 e média acumulada (MEA) de 7,52 candidatos por vaga. A tabela a seguir apresenta a demanda social identificada a partir dos processos seletivos no período supramencionado:

TABELA 1.0 ? DADOS ATINENTES À RELAÇÃO CANDIDATAS(OS)-VAGAS

ANO	Inscritos	Cotistas	Inscritos	Não-Cotistas	Vagas-Cota	Vagas-Ampla	MAG-Concorrência	MEA-Concorrência
2017	76	11	20	20	3,80	0,55	2,17	4,35
2018	--	--	--	--	--	--	--	--
2019	57	07	15	15	3,80	0,47	2,13	4,27
2020	142	30	15	15	9,47	2,00	5,73	11,47
2021	184	11	15	15	12,26	0,80	6,53	13,07
2022	51	04	15	15	3,40	0,27	1,83	3,67

Fonte: CEPS-Centro de Processos Seletivos da UFPA (2017-2022).

Esses dados apontam que o período-auge da pandemia de covid-19, quando a UFPA intensificou as políticas de inclusão digital e acesso ao ensino remoto, e as taxas de desemprego bateram recordes, oscilando a partir de 13% e quase atingindo os 14% ? com taxas ainda superiores entre os jovens dessa região interiorana da Amazônia legal ?, o número de inscritos cotistas, aqueles de grupos mais socioeconomicamente vulneráveis, quase triplicou, enquanto a inscrição de não-cotistas dobrou, mas ainda mantendo uma média de concorrência notadamente inferior à concorrência entre cotistas.

Para além da evidente vocação do curso de atender grupos marginalizados ou

socioeconomicamente vulneráveis, que compõem a maior parte dos que se inscrevem no PS, esta licenciatura eventualmente atende profissionais de nível médio ou graduados de outras áreas que se interessam pela língua inglesa enquanto objeto de ensino. Por outro lado, o número relativamente alto de professores lecionando inglês em municípios vizinhos sem a devida formação superior, frequentemente desafiando a legislação pertinente, não parece se refletir amplamente no número de ingressantes, contanto haja possivelmente uma considerável presença deles entre os inscritos que não obtêm a nota suficiente para garantir a vaga na universidade. Nesse sentido, dada a situação do ensino público da região, dentre outras razões, um grande número de estudantes se inscreve no PS-UFPA, mas também não atinge a nota necessária para assegurar vaga.

No período mencionado anteriormente, a relação ingressantes/graduados ainda permanece um desafio. Mesmo com um número significativo de alunos ativos, 106 (2022), distribuídos através de pelo menos 4 turmas, o curso ainda possui uma taxa de retenção desafiadora, agravada pela pandemia de covid-19 e pelos efeitos pós-pandêmicos.

Desses alunos regulares atualmente, cerca de 2/3 é parda/preta/indígena e mais de 70% são mulheres, um percentual que parece oscilar pouco ano a ano, tendo em vista que mulheres pardas/pretas continuam a representar uma parte numericamente superior entre os ingressantes.

Entre os egressos, a colocação no mercado de trabalho parece não encontrar óbices significativos em relação ao desempenho pregresso no curso, sendo esta variável frequentemente tomada como uma preditora da empregabilidade das(os) formadas(os). Embora a assunção em postos de trabalho por concurso não seja tão comum, o ingresso em instituições públicas ou privadas no regime de contrato, sobretudo em áreas de difícil acesso, parece ser a forma mais recorrente de obtenção de trabalho formal. Nesse sentido, o curso de licenciatura em língua inglesa cumpre papéis sociais e econômicos múltiplos, que vão para além da garantia do ensino superior aos grupos sociais mais vulneráveis. O curso fornece mão de obra qualificada e formação adequada aos profissionais do ensino de línguas na região, contribuindo para minimizar certas dinâmicas político-institucionais que acabam por normalizar o exercício da função de professor de idiomas por parte daqueles que nem sempre apresentam as credenciais legais necessárias, sobretudo em cidades menores e/ou na zona rural desta mesorregião do Pará.

CARACTERÍSTICAS GERAIS DO CURSO

Nome do Curso: Letras - Língua Inglesa

Local de Oferta: R. Cel. José Porfírio

Endereço de Oferta:

Bairro: São Sebastião

CEP: 6837204

Número: 2515

Complemento: Ao lado da Praça da Independência

Cidade: Altamira

Forma de Ingresso: Processo Seletivo

Número de Vagas Anuais: 40

Turno de Funcionamento: Matutino

Turno de Funcionamento: Noturno

Modalidade Oferta: Presencial

Título Conferido: Licenciado em Letras Língua Inglesa

Total de Períodos: 8

Duração mínima: 4.00 ano(s)

Duração máxima: 6.00 ano(s)

Total de Períodos: 9

Duração mínima: 4.50 ano(s)

Duração máxima: 7.00 ano(s)

Carga Horária Total em Hora-relógio [60 Minutos]: 3290 hora(s)

Carga Horária Total em Hora-aula [50 Minutos]: 3948 hora(s)

Período Letivo: Extensivo

Regime Acadêmico: Seriado

Forma de Oferta de Atividades: Paralela

Ato de Criação: Decreto n.º 35.456, de 06 de maio de 1954 (Concede autorização para funcionamento Letras).

Ato de Reconhecimento: Portaria do MEC n.º 1113/2017

Ato de Renovação: Resolução CONSEPE/UFPA n.º 3361/2005

Avaliação Externa: Conceito do ENADE: 3 (2021)

CPC: 2 (2017)

CC: 4 (2017)

IDD: 3 (2021)

DIRETRIZES CURRICULARES DO CURSO (FUNDAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS, ÉTICOS E DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS)

Os postulados aduzidos neste PPC de Letras-Língua Inglesa procuram sistematizar, portanto,

direcionar a implementação dos mais diversos tipos de atividades didático-pedagógicas e de formação profissional do licenciado na área do ensino-aprendizagem de língua franca, instanciada em nível de graduação. A começar de uma perspectiva mais epistemológica, é preciso apontar que a concepção freireana de educação constitui-se nos fundamentos educacionais da presente proposta (ver. ANTUNES, 2009; FREIRE, 2016; ARROYO, 2012). Paulo Freire em sua vasta obra referencia substantivamente as bases de um projeto político pedagógico emancipador. Ele enfatiza o compromisso social do profissional com a sociedade e, nesse caso específico, reporta-se ao compromisso dos/as educadores/as para com sua função social. Afirma o autor que "a primeira condição para que um ser possa assumir um ato comprometido está em ser capaz de agir e refletir" (FREIRE, 1983, p. 16). Esse compromisso é fundamental para um projeto educativo emancipador. Ou seja, educadores/as precisam ser capazes de, estando no mundo, saber-se nele, situar-se num tempo e espaço históricos, atuar transformando a realidade, constituindo-se como um ser de práxis. Nessa perspectiva, a(o) educanda(o) é considerada(o) sujeito capaz de construir e produzir o seu próprio conhecimento, a sua própria história, cabendo às instituições de ensino intermediar, organizar e estimular essa aprendizagem.

Nesse contexto, portanto, este PPC se constitui enquanto programa cultural e organizacional coletivo e institucionalizado, por óbvio, mas também projetado para além dos limites desta IES, destinado, assim, a guiar a apropriação crítica de diversos tipos de conhecimento, a promover vivência de experiências didático-pedagógicas e profissionalizantes em múltiplos espaços interativos. Sua natureza dialógica e polifônica, nos termos de Bakhtin (1997; 2010; 2012), e sua matriz voltada à implementação permanente da unidade teoria-prática tornam este projeto uma plataforma orientadora tanto do trabalho que parte de dimensões mais formais da organização dos saberes, precipuamente o domínio da tecnociência e tecnologia, quanto de níveis mais experimentais e empíricos do conhecimento, reconhecendo todos esses aspectos do ensino-aprendizagem enquanto complementares e concomitantemente válidos.

A partir dessa compreensão, observa-se também que, para além das atividades de ensino-aprendizagem elementares, este currículo contempla uma gama sequencial de práticas de pesquisa, extensão, profissionalização e gestão que integralizam o Curso de Letras Língua-Inglesa. Em suma, este PPC lança um programa de ampla e consistente vivência acadêmica e profissional a partir de um trabalho curricular cujo escopo maior é a aquisição de habilidades e competências imprescindíveis à atuação do futuro professor de língua inglesa. Ao mesmo tempo, este projeto reporta tal processo de ensino-aprendizagem como contínuo e transformador, uma concepção que evidentemente não suprime a existência de

disciplinas convencionais (Parecer CNE/CES no. 492/2001, p. 29), notadas agora sob outra perspectiva. Nesse sentido, o processo de aquisição e de compartilhamento de saberes, mais do nunca, passa a ser entendido como objeto de direcionamento constituído por diversas variáveis e desempenhos mensuráveis, isto é, passíveis de observação e análise para fins de avaliação, e acompanhamento interna e externo a esta IES.

Por outro lado, considerando que as(os) graduandas(os) trazem consigo diferentes histórias de vida, trajetórias sociais e culturais, interesses específicos, possibilidades distintas, experiências individualizantes, apostamos na possibilidade de catalisarmos essa diversidade neste macro-itinerário formativo. Inclusive porque este curso de licenciatura, oferecido pela UFPA em Altamira, tem como missão orientar a reflexão teórico-prática e promover coerência de trabalho, respeitando o pluralismo de ideias e de pensamento, a ética e a diversidade étnica, cultural, biológica, de gênero e de orientação sexual. Nesse sentido, este projeto possibilita às(aos) futuras(os) licenciadas(as) o exercício do processo de ação-reflexão-ação na realidade local (TARDIF, 2002), fortalecendo sua formação numa perspectiva prático-reflexiva, para que o processo de formação se desenvolva de modo a integrar a comunidade da escola básica e os membros da comunidade universitária, saberes técnico-científicos, tecnológicos e metodológicos também articulados com conhecimentos experienciais advindos de práticas pedagógicas/extensionistas diversas.

Não obstante, Pinho e Lopes (2006) argumentam que um dos maiores gargalos dos processos de formação docente na região da Transamazônica está relacionado à distância entre as matrizes de formação profissional (ainda marcadamente universalizantes, abstratas e autorreferenciadas) e as situações concretas que os alunos das licenciaturas encontram nos espaços em que são inseridos no exercício da profissão. A universidade, apesar de algumas tentativas de enraizamento loco-regional em termos de referenciais teórico-metodológicos e práticos, continua orientada, no plano operacional, por uma perspectiva eurocentrada e positivista de ensino, de que resulta uma espécie de "fratura", ou de duplo padrão nesse paradigma. Para as autoras, estudam-se teorias relevantes e consistentes, mas não se acumula, não se constrói cabedal minimamente sólido de prática pedagógica eficaz no enfrentamento das situações encontradas na sala de aula, porque o referencial estudado na universidade frequentemente não dialoga com as realidades da educação básica efetivamente vivenciadas nas realidades da escola. No caso das licenciaturas na área de línguas são ainda recentes as experiências que buscam romper com esse paradigma. Apesar dessas tentativas e de alguns avanços pontuais, o que se observa é que sem uma ação programática de formação continuada regular e consistente os novos profissionais, uma vez no mundo do trabalho, reproduzem a cisão vivenciada em sua formação e pouco conseguem avançar do ponto de

vista da efetiva criação de novos contextos/ambientes e estratégias de ensino que produzam a apropriação por parte de suas(seus) alunas(os) de aspectos cruciais do funcionamento da linguagem.

Visando à tomada de consciência quanto à centralidade dessa questão para a superação desse fosso, este programa curricular pretende avançar no sentido de inverter a perspectiva muitas vezes prevalente na matriz de formação docente em voga, mobilizando os licenciandos na direção de uma outra possibilidade de aprendizagem profissional, por meio da experimentação de metodologias inovadoras, procurando superar uma ?racionalidade instrumental? (aprender primeiro para fazer depois) em favor da construção de uma ?racionalidade prática? (aprender fazendo). Assim, no decurso da formação este projeto propõe a articulação transversal, permanente e dialética dos saberes de cunho técnico-científico, tecnológico e metodológico com aqueles construídos na experiência didático-pedagógica, e extensionista.

Já no que tange a uma dimensão mais regimentar, é necessário apontar que as diretrizes deste programa curricular também obedecem a normas próprias da UFPA, xonforme os princípios formativos internos a esta IES, preconizados pela Resolução do CONSEPE/UFPA no. 3.186/2004.

Nesse sentido, o artigo 5º da Resolução do CONSEPE/UFPA no. 4.399/2013 complementa essas diretrizes ao enfatizar que o papel mais precípua da graduação nesta IES volta-se à formação de cidadãos e profissionais capazes de reconhecer, priorizar e exercitar valores humanos, éticos e morais, quer seja em suas relações intersubjetivas, quer seja em suas relações de trabalho. Ademais, a autonomia apontada acima é reiterada nesse Regulamento do Ensino de Graduação, sendo acrescida outra ênfase sobre a capacidade dos graduados de aplicar fundamentos técnico-científicos e tecnológicos, os quais se mostram indispensáveis ao amplo exercício da profissão de modo crítico, independente e contextualizado.

Para que a consecução de tais fins se efetive, este programa postula como indispensável o trabalho docente inovador, diversificado e inclusivo, seja no sentido de domínio sobre as tecnologias (digitais) de comunicação e informação, seja no sentido de compromisso ético e moral com perspectivas humanitárias, com a diversidade, o meio-ambiente e a cooperação solidária do trabalho didático-pedagógico. Este último, por certo, favorece a expansão contínua dos conhecimentos de quem ensina, de quem aprende e dos pares que se educam mais significativamente em comunidades colaborativas, como sugere o próprio Freire (2016, p. 95): ?ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo?.

A partir dessa consciência, licenciadas(os) em língua inglesa podem não somente

compreender a realidade da qual fazem parte, mas podem e devem também intervir nela de modo a produzir impactos suficientemente proveitosos, aprimorando e recriando práticas educacionais capazes de ajudar a superar múltiplas e persistentes limitações. Muitas destas, além de obstar a garantia de direitos humanos e de desafiar a preservação do ecossistema amazônico, ainda cerceiam os muitos espaços de ensino-aprendizagem nesta mesorregião e para além dela. Assim, em consonância com essa vital necessidade, a UFPA baliza suas atividades de formação de cidadãos e profissionais a partir não apenas de padrões de excelência técnico-científica, metodológica e tecnológica, bem como em referência à construção de uma sociedade mais inclusiva e sustentável (UFPA/PROPLAN, 2017, p. 63).

Segundo se pode notar a partir desses princípios, a educação que se pretende neste PPC supera perspectivas sobre a formação em nível universitário como um processo bancário, outro termo freiriano (FREIRE, 2000; 2016). Assim, ao relacionar ensino, pesquisa e extensão de modo contínuo e dialético, a atuação docente transcende o mero fito de transmissão e depósito de conhecimento para reverter-se na (re)construção e (re)articulação crítica e criativa de saberes, cuja implementação deverá ocorrer de modo semelhantemente livre, intencional e equacionado aos mais diversos contextos em que se façam necessários. Com efeito, as(os) graduandas(os) do Curso de Letras-Língua Inglesa podem também contribuir na construção do programa de sua licenciatura, seja questionando, sugerindo, (re)aplicando conteúdos e metodologias, ou mesmo posicionando-se mais explicitamente com relação aos elementos que constituem a base de seu processo formativo.

Cabe, portanto, a este PPC e, por extensão, a própria Licenciatura em Letras-Ingês como um todo orientar-se a partir de “[...] princípios metodológicos que, admitindo a pluralidade de estratégias, assumam a pesquisa e a relação teoria-prática como elementos indissociáveis no processo ensino-aprendizagem como relação triádica entre professor-aluno-conhecimento? (Resolução CONSEPE/UFPA no. 3.186/2004, art. 4º). No mesmo sentido, os componentes de prática e os estágios contemplados por este programa visam a promover uma suficiente integração entre conhecimentos dimensionados no espectro teórico-prático (ver. Resolução CONSEPE/UFPA no. 3.186/2004, art. 9º).

Já no que se refere à dimensão formativa da cidadania e da profissionalização, e em consonância com a episteme lançada pela BNCC e pela BNC-Formação (Resolução do CNE/CP no. 002/2019), o dispositivo da UFPA supracitado (Resolução CONSEPE/UFPA no. 3.186/2004) sugere em seu artigo 4º que as diretrizes curriculares dos PPCs de seus cursos de ensino superior devem permanentemente colocar em perspectiva a relação de reciprocidade cognoscível entre docente, discente e conhecimento; entre licenciando, ciência-tecnologias e prática pedagógica/extensionista nos ambientes escolares.

Nesse contexto, esta licenciatura em letras-língua inglesa se estabelece de maneira a oportunizar aos graduandos a apropriação de múltiplos saberes pedagógicos, teórico-práticos, técnico-científicos e instrumentais ou tecnológicos, indispensáveis ao processo macro-formativo do professor de língua inglesa e literaturas anglófonas. Tais elementos, uma vez integrados ao repertório experiencial e cognitivo dos licenciandos, permitirão o desempenho da profissão de forma crítica e interdisciplinar. Com efeito, este programa curricular aponta para a emergência de profissionais mais preparados para construir a solução de problemas, tomar reflexiva e fundamentadamente decisões, exercer a profissão em equipe e se comunicar através da multidisciplinaridade de saberes que constituem o ensino superior de qualidade.

Ora, a fim de fazer valer o escopo maior da formação de docentes de língua inglesa, que desempenharão suas funções em instituições de ensino básico ou em outras entidades promotoras do ensino-aprendizagem de inglês, este PPC também se orienta a partir de preceitos formativos engendrados na unidade teórico-prática, no trabalho solidário e interdisciplinar, e na responsabilidade socioambiental. Portanto, dentre os princípios que guiam este programa curricular, assumem-se fidedignamente o postulado das DCNs (Parecer CNE/CES no. 492/2001; Resolução CNE/CES no. 018/2002) para os Cursos de Letras e as prescrições da BCN-Formação (Resolução do CNE/CP no. 002/2019) para a profissionalização inicial dos professores da educação básica, a saber: preparação teórica articulada à prática e à extensão socioprofissional, e em referência a saberes científicos e experiências sistematicamente interdisciplinares; desenvolvimento de práticas didático-pedagógicas diversificadas na formação, fomentando atividades concretas em espaços externos ao ambiente universitário e promovendo a integração das(os) licenciandas(os) à realidade social na qual se inserem; abordagem de ensino crítica, ética e de respeito à diversidade, aos direitos humanos, ao meio ambiente e à liberdade e à diversidade, de modo que se zele pela aprendizagem da(o) graduanda(o) e seu pleno desenvolvimento pessoal, inclusa sob essa perspectiva a assunção de posturas reflexivas acerca da unidade teórico-prática e dos recursos procedimentais necessários; a concepção do docente-pesquisador como agente de ensino-aprendizagem responsável do ponto de vista socioambiental e cultural, consciente da imperatividade quanto à atualização técnico-científica, metodológica e tecnológica exigida na condução e reorientação permanente de sua práxis didático-pedagógica; o reconhecimento e valorização da diversidade sociocultural e histórica das(os) agentes envolvidas(os) no processo de ensino-aprendizagem; o fomento de práticas de enriquecimento cultural propícias ao desenvolvimento de iniciativas/programas multidisciplinares para além do espaço da sala de

aula, constantemente balizadas pela práxis reflexiva e pela tríade ensino-pesquisa-extensão; a implementação de novas tecnologias, mídias e metodologias de ensino, dentre outros recursos inovadores em ensino-aprendizagem de línguas, de modo a dinamizar as atividades didático-pedagógicas e a incluir como indispensáveis e cognoscíveis as diversas manifestações da linguagem; a consolidação sistemática da cooperação laboral, tão essencial à formação e atuação docente.

Ainda na esfera das normas nacionais, este programa curricular observa outros aspectos estabelecidos pelas DCNs dos cursos de letras (Parecer CNE/CES no. 492/2001), conforme as quais a Licenciatura em Língua Inglesa se constituirá de estruturas suficientemente flexíveis de modo que estas:

- Facultem ao profissional ser formado com opções de conhecimento e de atuação no mercado de trabalho;
- Criem oportunidade para o desenvolvimento de habilidades necessárias para se atingir a competência desejada no desempenho profissional;
- Deem prioridade à abordagem pedagógica centrada no desenvolvimento da autonomia do aluno;
- Promovam articulação constante entre ensino, pesquisa e extensão, além de articulação direta com a pós-graduação.

Essas diretrizes projetam a formação de professores mais aptos a articular o ensino à aquisição significativa de saberes e à realização interdisciplinar de práticas curriculares, integrando ciência e trabalho à diversidade e à responsabilidade humanizadora. Além disso, esses mesmos preceitos oferecem orientações ao corpo docente para que implemente o currículo de forma a promover ações socioculturais contínuas, e a aprimorar iniciativas de ensino-aprendizagem integradas a múltiplas áreas de domínio, em referência ao campo de conhecimento no qual se insere, com permanentes vistas à (auto)transformação social e intersubjetiva dos aprendentes.

Na mesma direção, e reiterando concepções já ventiladas na seção de justificativa da oferta deste curso, a BNCC destaca que:

[...] O estudo da língua inglesa pode possibilitar a todos o acesso aos saberes linguísticos necessários para engajamento e participação, contribuindo para o agenciamento crítico dos estudantes e para o exercício da cidadania ativa, além de ampliar as possibilidades de interação e mobilidade, abrindo novos percursos de construção de conhecimento e de continuidade nos estudos.

Sob essa macro-visão mais relativa ao domínio e emprego de uma língua franca, entende-se que este currículo é uma resposta, em parte, às demandas e condições locais de atuação docente. Assim, ao considerar as exigências da mesorregião, bem como de toda a Amazônia Legal que carece de profissionais qualificados e articulados, este documento procura respeitar a diversidade regional, os potenciais e os desafios que o contexto socioambiental apresenta. Além disso, o presente programa enfatiza, na seara do ensino-pesquisa, a imperatividade de formar professores aptos a propor formas proveitosas de mitigar e/ou superar limitações originadas por quadros estruturais e situacionais para além de seu controle. Dentre estes, destacam-se as disparidades socioeconômicas e os variados processos de exclusão social, política e cultural de grupos mais vulnerabilizados, tais quais ocorre com povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, pessoas negras, pessoas com deficiência, membros da comunidade surda e da comunidade LGBTQIAPN+. Nesse sentido, este currículo assume uma posição de amparo, conhecimento e respeito a esses e outros agentes sociais que compõem ou venham a se envolver nas atividades promovidas por esta licenciatura.

Assim, este referencial curricular instancia até o limite último de sua concepção e de sua concretude o compromisso e a responsabilidade ideológicos, e atitudinais de acolher e fornecer instrumentos para que educandas(os) das mais diversas origens, e itinerários, encontrem-se plenamente capacitados ao exercício crítico e independente de sua profissão.

Trata-se também de promover uma formação teórico-prática mais plena no que concerne à apropriação de saberes imprescindíveis ao estudo e compreensão de fenômenos linguísticos, educacionais e literários das culturas anglófonas, para além do eixo geopolítico América do Norte e Europa (Norte Global), de modo a verdadeiramente contemplar a língua inglesa como o idioma franco que se tornou; isto é, de maneira a garantir que a diversidade de expressões desse idioma, das sociedades anglófonas e suas culturas em variados territórios do mundo ? tais quais a África do Sul, Singapura, Gana, Índia, Jamaica, Zimbábue, Quênia, Nigéria, Serra Leoa, inter alia (Sul Global) ? sejam igualmente representadas, estudadas, experimentadas e compreendidas. Dessa maneira, reitera-se que a diversidade não deve apenas constituir-se nas abordagens e na estrutura proposicional deste currículo, mas igualmente nas práticas de desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão. A diversidade e o respeito por esta devem ser também a substância mesma através da qual se movem sujeito e práxis em direção ao exercício profissional atualizado, integrado, contextualizado, acolhedor e transformativo, seja no ensino fundamental, médio, técnico, superior ou em outros níveis/espços de aprendizagem.

OBJETIVOS DO CURSO

Antes de qualquer consideração, é preciso explicitar que tanto o(s) objetivo(s), quanto o perfil do egresso neste documento se fundamentam nas normas federais oficiais atinentes ao tópico. Assim, conforme o Parecer do CNE/CES de no. 492/2001, a meta principal dos cursos de letras é:

[...] formar profissionais interculturalmente competentes, capazes de lidar, de forma crítica, com as linguagens, especialmente a verbal, nos contextos oral e escrito, e conscientes de sua inserção na sociedade e das relações com o outro. Independentemente da modalidade escolhida, o profissional em Letras deve ter domínio do uso da língua ou das línguas que sejam objeto de seus estudos, em termos de sua estrutura, funcionamento e manifestações culturais, além de ter consciência das variedades linguísticas e culturais. Deve ser capaz de refletir teoricamente sobre a linguagem, de fazer uso de novas tecnologias e de compreender sua formação profissional como processo contínuo, autônomo e permanente. A pesquisa e a extensão, além do ensino, devem articular-se neste processo. O profissional deve, ainda, ter capacidade de reflexão crítica sobre temas e questões relativas aos conhecimentos linguísticos e literários.

Portanto, e também em observância ao Parecer do CNE/CES de no. 1.363/2001, à Resolução CNE/CES nº 18/2002, às DCNs para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica, consolidadas pela Resolução do CNE/CP de nº. 002/2019; e em referência ao PDI da UFPA (2016-2025), aprovado pela Resolução CONSUNI/UFPA de nº 748/2016; este Curso de Licenciatura em Letras-Inglês, instanciado no Campus Universitário de Altamira, apresenta como objetivo geral a formação de professores de língua inglesa enquanto idioma franco, permanentemente conscientes de sua inserção e função sociais em ambientes formais e não-formais, capacitados tanto a dominar as habilidades de produção e compreensão oral e escrita da língua, quanto a planejar, gerenciar e exercer a docência de modo crítico, socioambientalmente responsável, atualizado, criativo, humanizador, contextualizado, ético e eficaz. Para esse fim, o presente programa procura oferecer ao licenciando uma formação teórico-prática interdisciplinar, partindo da apropriação progressiva da língua inglesa, literaturas anglófonas e competências didático-pedagógicas e/ou profissionais em espaços que favoreçam a contínua articulação entre ensino-aprendizagem, pesquisa, extensão e capacitação docente.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

No que concerne aos alvos mais particulares desta graduação, pode-se compreender que

seus objetivos principais são:

- a) Preparar docentes aptos a desenvolver um trabalho com a língua inglesa através de seu papel enquanto professores-pesquisadores, tanto no que tange às questões de ensino-aprendizagem, quanto no que se refere aos fenômenos da língua/linguagem;
- b) Promover, a partir de um prisma continuamente emancipatório (como notado nos fundamentos da seção 4.1), o desenvolvimento de atitudes democráticas, humanistas, de respeito pela diversidade e de responsabilidade pessoal e coletiva, de maneira que a(o) aprendente se torne cada vez mais sensível às necessidades sociais, culturais e ambientais do planeta e do contexto em que se insere;
- c) Propiciar às(aos) licenciandas(os) a apropriação de saberes didático-pedagógicos, linguísticos e socioculturais exigidos no processo de ensino-aprendizagem da língua inglesa, precipuamente na educação básica institucionalizada e, adicionalmente, em espaços não-formais;
- d) Construir cooperativamente a consciência do papel docente no processo de aquisição e domínio do conhecimento, e acerca de sua relevância transformadora nos espaços em que atua;
- e) Promover o desenvolvimento das habilidades de implementação de tecnologias inovadoras e digitais, seja no decurso da docência em sala de aula, seja no exercício profissional em equipe;
- f) Estimular a reflexão crítica a respeito da equidade, da justiça, das disparidades socioeconômicas, das diferenças e diversidade sociocultural;
- g) Favorecer o desenvolvimento da emancipação e o exercício da autonomia, da solidariedade e do pensamento social crítico.

PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

A partir das diretrizes pertinentes (Resolução CNE/CES no. 018/2002; Resolução CNE/CP no. 002/2019), compreende-se através deste projeto curricular que o egresso do Curso de Licenciatura em Letras-Língua Inglesa deve ser capaz de atuar como:

- a) Professor(a) de inglês na educação básica em sistemas de ensino das redes pública e particular;
- b) Professor(a) de inglês em centros e institutos de idiomas;
- c) Professor(a) de inglês em empresas públicas ou privadas;
- d) Professor(a) particular de inglês;

- e) Coordenador(a) escolar/institucional da área de ensino de língua franca ou adicional;
- f) Assessor(a) bilíngue em órgãos ou empresas públicas ou privadas que mantenham intercâmbio (educacional, científico, comercial e/ou cultural) com o exterior;
- g) Assessor(a) bilíngue em centros de documentação, editoras, etc.;
- h) Editor e revisor de textos em inglês;
- i) Pesquisador(a) científico na área de Letras;
- j) Crítica(o) literária(o);
- k) Secretária(o) bilíngue;
- l) Assessor(a) cultural.

COMPETÊNCIAS

No decurso da construção deste programa curricular foram levados em consideração os seguintes conceitos de habilidades e competências docentes: as primeiras são tomadas como o ?saber fazer?, enquanto as últimas são entendidas como ?a mobilização de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores para resolver demandas da vida cotidiana, do exercício da cidadania e do mundo do trabalho? (BNCC, 2017, p. 8). Por conseguinte, sob uma perspectiva mais explícita, o presente documento também seleciona e estabelece tais elementos a partir de outras normas compatíveis e já citadas, tais quais os Pareceres do CNE/CES de no. 492/2001 e de no. 1.363/2001, e as Resoluções do CNE/CES de nº 18/2002 e CNE/CP de nº. 002/2019, para além da própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996).

Quanto às competências gerais, este Curso de Letras-Inglês deve contribuir para que a(o) licenciada(o) se torne apta(o) a:

? Compreender e utilizar os conhecimentos científica e historicamente construídos para poder ensinar a realidade em consonância com a aprendizagem da(o) estudante, colaborando para a construção de uma sociedade mais livre, justa, democrática e inclusiva;

? Pesquisar, investigar, refletir, realizar a análise crítica, empregar a criatividade e buscar soluções tecnológicas para selecionar, organizar e planejar práticas didático-pedagógicas desafiadoras, coerentes e significativas;

? Valorizar e incentivar as diversas manifestações artísticas e culturais, tanto locais quanto mundiais, e a participação em práticas diversificadas da produção artístico-cultural para que estudantes possam ampliar seu repertório cultural;

? Utilizar diferentes linguagens (verbal, corporal, visual, sonora e digital) para se expressar e

fazer com que aprendentes ampliem seu modelo de expressão ao partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos, produzindo sentidos que conduzam ao mútuo entendimento;

? Compreender e utilizar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, reflexiva e ética nas diversas práticas docentes, como recurso pedagógico e como ferramenta de formação, para comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e potencializar o processo de ensino-aprendizagem;

? Valorizar a formação permanente para o exercício profissional, de maneira a garantir a atualização na sua área e afins, e a apropriar-se de novos conhecimentos e experiências que lhe possibilitem aperfeiçoamento profissional e eficácia, realizando escolhas alinhadas ao exercício da cidadania, ao seu projeto de vida, com suficiente liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade;

? Desenvolver argumentos com base em fatos, dados e informações técnico-científicas para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns, que respeitem e promovam os direitos humanos, o respeito pela diversidade sociocultural/étnico-racial/de gênero e de orientação sexual, a consciência socioambiental, o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta;

? Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana, reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas, e fomentando o autoconhecimento e o autocuidado por parte das(os) estudantes;

? Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza, para promover ambiente colaborativo nos locais de aprendizagem;

? Agir e incentivar, pessoal e coletivamente, com autonomia, responsabilidade e flexibilidade, garantindo a abertura a diferentes opiniões e concepções pedagógicas, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários, para que o ambiente de aprendizagem possa refletir esses valores.

Ao apropriar-se dessas competências, bem como das habilidades que a elas se vinculam, a(o) licencianda(o) em Letras-Inglês se tornará capaz de atuar interdisciplinarmente, exercitando sua capacidade de resolver problemas, tomar decisões, cooperar profissionalmente e de se comunicar de modo a transcender as fronteiras das várias disciplinas, a partir das quais se

constituem os diferentes conhecimentos que perfazem o processo formativo no ensino superior. Ao mesmo tempo, a(o) graduanda(o) estar-se-á comprometendo com elevados padrões éticos e de responsabilidade socioeducacional. Em última instância, portanto, a(o) egressa(o) prosseguirá ampliando seu senso crítico necessário na medida em que compreende a imperatividade da busca permanente pela formação continuada, pela atualização de saberes e práticas e, com efeito, pelo desenvolvimento profissional cada vez mais pleno.

ESTRUTURA CURRICULAR

A organização curricular do curso de licenciatura plena em Letras-Língua Inglesa da UFPA em Altamira se constitui em observância a diversos marcos regulamentares, a começar pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional ? LDB (Lei Federal no. 9.394/1996). No mesmo sentido, a matriz programática obedece também ao Parecer do CNE/CES de no. 492/2001 a Resolução do CNE/CES de no. 018/2002, o Parecer CNE/CP de nº. 008/2012, a Resolução de nº. CNE/CP nº. 001/2012, bem como as balizas definidas pela BNCC (2017) e pela BNC-Formação, esta consagrada pela Resolução do CNE/CP de no. 002/2019 (BRASIL, 2019).

Esta estrutura curricular é resultado de significativa discussão sobre a necessidade de redimensionar as concepções e práticas da referida licenciatura, a partir não somente da constatação da existência de uma contínua demanda local e regional, mas também de uma matriz programática que vai ao encontro das necessidades teórico-práticas, tecnológicas e profissionais mais prementes em contexto Amazônico. Dessa forma, o presente projeto busca aproximar os pressupostos e diretrizes desta licenciatura na UFPA dos quadros e demandas sociais de Altamira e de sua mesorregião, através de um permanente processo de avaliação para alterar as balizas deste curso e atingir reais objetivos na formação profissional que promove.

Sob uma perspectiva mais conceptual, determinados critérios foram privilegiados no processo de organização curricular, dentre os quais se destacam os princípios formativos da transversalidade, interdisciplinaridade, articulação teoria e prática, flexibilização, indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, sem mencionar outras maneiras de composição curricular dos saberes.

A começar pela transversalidade e interdisciplinaridade, estas concepções permitem que na prática pedagógica se construam analogias recíprocas entre saberes teoricamente

sistematizados (aprendizagem sobre a realidade) e as necessidades da vida concreta (aprendizagem na realidade e acerca desta enquanto processo). Assim, procura-se evitar a excessiva fragmentação na aquisição das diferentes espécies de conhecimento. Isso também significa evitar esse tipo exacerbado de cisão em seus diversos aspectos, de modo a reorganizar o modo de produção e a circulação do conhecimento, reintegrando este último aos fatos e ao mundo (MORIN, 2008), e privilegiando a interação social, cultural, e a mediação docente.

Tanto a transversalidade quanto a interdisciplinaridade postulam por escopo maior a superação da concepção linear do mundo, anulando a segmentação de um racionalismo nocivo e exacerbado que subjuga o indivíduo e o priva de uma realidade mais integral, das possibilidades oferecidas por sua própria natureza subjetiva. Tais aspectos tornam-se marcados, de alguma forma, em todos os componentes curriculares de todos os grupos formativos, embora sejam mais evidentes em elementos do conjunto básico de formação, tais quais Atividade Extensionista III: Educação, Mídias e Tecnologias; Atividade Extensionista II: Educação, Meio Ambiente e Sociedade; História, educação e cultura afroindígena no Brasil; Atividade Extensionista I: Educação e Direitos Humanos; Educação Especial e Processos de Inclusão no Ensino, dentre outros. No que concerne ao grupo de componentes específicos, destacam-se como mais explicitamente interdisciplinares e/ou transversais a Sociolinguística: linguagem e diversidade; a Linguística Aplicada e Ensino da língua inglesa; Gêneros textuais e ensino, entre outros mais. Já no grupo de componentes da prática pedagógica e outros da extensão, enfatizam-se a Prática de adaptações teatrais e audiovisuais no ensino, Atividade Prática e Extensionista de Didatização de Gêneros Textuais, e a Atividade Prática e Extensionista de Multiletramentos, para citar alguns.

Diante de um programa curricular mais transversal e comprometido com práticas de letramento científico, profissional e cidadão mais interdisciplinar, cessam-se as tentativas de censura aos sentidos e significações produzidos em língua materna. Ao invés disso, estes são considerados valiosos pontos de partida, pois já não há a ânsia de silenciar a língua nativa em troca da exclusividade da língua franca, como se pode notar nos componentes curriculares bilíngues ou anglófonos: Estudos Comparativo-Funcionais entre Português e Inglês; Prática de Escrita Acadêmica; e Prática de Compreensão e Produção Escrita em Língua Portuguesa ? que em parte contempla ?o desenvolvimento de competência de leitura e produção de textos em língua materna e domínio da norma culta? (Resolução CNE/CP no. 002/2019 , art. 8º, inciso I).

Embora práticas de ensino-aprendizagem interdisciplinares e transversais não eliminem as discrepâncias entre classes socioeconômicas que tanto caracterizam a paisagem amazônica e

brasileira, ou outros efeitos nocivos do capitalismo atual, tampouco emancipa por si só o sujeito, elas podem inseri-lo na busca por uma compreensão do mundo e maior autonomia, criticidades e conscientização perante os poderes, saberes, valores-verdade e ações que não somente o determinam, mas constroem sua identidade.

No que tange à articulação teoria-prática, e entre ensino-pesquisa-extensão, este projeto compreende que determinadas DCNs (Resolução do CNE/CES de no. 018/2002) para o curso de letras apontam para a construção do conhecimento de modo integrador, isto é, de forma a articular efetivamente os diversos pontos que constituem o espectro que perfaz da dimensão mais teórica até a mais prática, do ponto mais pedagógico e extensionista até o mais investigativo. Por conseguinte, tanto essa norma quanto o presente programa curricular entendem que é preciso ter em vista, processual e final, o desenvolvimento dos conhecimentos e habilidades necessários à docência real no contexto amazônico. Com efeito, componentes curriculares voltados aos fundamentos da Educação, dispostos no Grupo I, com carga horária total de 800 (oitocentas) horas, como Currículo: teorias e práticas, Gestão e Organização do Trabalho Pedagógico, Literatura e Prática de Ensino em Língua Inglesa, Prática de Ensino e Aprendizagem da Língua Inglesa, Psicologia da Educação: teorias do desenvolvimento e da aprendizagem, Prática de Tradução Pedagógica, Prática de Material Didático, Prática de Elaboração de Instrumentos Avaliativos, inter alia, procuram permitir o livre trânsito de ações e saberes entre as mais variadas dimensões da formação docente, que contempla não somente o teórico-prático, bem como possui o dever de integrar aspectos relevantes do ensino, da pesquisa e da extensão.

Tudo isso se acresce e se articula às atividades pedagógicas, aos projetos de pesquisa nos quais as(os) licenciandas(os) se engajam, as iniciativas de PIBIC, PIBID, PIBEX, Pró-Doutor e Navega Saberes, os Trabalhos de Conclusão de Curso, e os projetos de extensão do curso.

Esse entendimento acerca da articulação teórico-prática e do tripé ensino-pesquisa-extensão também obedece à Resolução do CNE/CP nº. 002/2019, que prescreve ao menos 800 (oitocentas) horas para a prática pedagógica disposto no Grupo III. Na organização curricular do Curso de Licenciatura em Letras Língua Inglesa, esta carga horária se transformou num grupo que contempla dois focos. O primeiro, específico, com 380 (trezentas e oitenta) horas, volta-se à prática dos componentes curriculares ligados ao ambiente escolar, além das 675 (seiscentas e setenta e cinco) horas distribuídas nos componentes dos grupos I e II ao longo do curso, desde o seu início e inseridos nas disciplinas, momentos nos quais os discentes poderão desenvolver diferentes conhecimentos específicos de sua área de atuação profissional de forma concreta. Importante notar que, em

termos mais estritos, se concebe por atividade prática aquela que é realizada mais autonomamente pela(o) aprendente, ou seja, com a mínima intervenção da(o) professora(or) universitária(o), podendo ser atividades práticas de pesquisa de campo e práticas (didático-pedagógicas) das disciplinas diversas.

O segundo foco, com 420 (quatrocentas e vinte) horas (ver. ANEXO I) ? se refere às atividades de profissionalização mais propriamente ditas, isto é, ao estágio curricular supervisionado, em situação real de trabalho na sala de aula e outros ambientes escolares. Essas ações se desempenham nos componentes de Estágio Supervisionado em Língua Inglesa I, II, III e IV, o que ocorre a partir do início da segunda metade da licenciatura.

No que diz respeito à flexibilização curricular do curso, esta tende a se desenvolver mediante a integralização de créditos em disciplinas optativas deste (ver. ANEXO III) e de outros cursos e/ou áreas correlatas, atividades de formação, pesquisa, extensão e atualização científico-profissional, dentre outros elementos prescritos em resolução própria da Faculdade de Letras Dalcídio Jurandir e da UFPA, e que são admissíveis como parte das Atividades Complementares, totalizando no mínimo 90 (noventa) horas, e/ou estão presentes no rol de componentes curriculares eletivos.

Entre unidades curriculares optativas encontram-se Oficina de Tradução Inglês-Português, Oficina de Versão Português-Inglês, Literaturas Africana e Asiática em Língua Inglesa: narrativas da contemporaneidade, Teatro Anglófono, e Literatura e Cinema. Esses componentes primeiramente objetivam o trabalho de apropriação e aprimoramento do domínio sobre o inglês enquanto idioma-meio, que também possivelmente constitui um dos fatores de maior dificuldade para as(os) licenciandas(os) da mesorregião. Em outro plano, esses mesmos elementos curriculares expandem o exercício de habilidades e competências linguísticas intimamente vinculadas a temas transversais pelas vias do estético-artístico, como artes cênicas, cinematográficas e literárias; de modo que cabe destacar que na esfera dessa última arte, o componente selecionado enfatiza a relevância e a riqueza do protagonismo africano e asiático na produção de literatura, na construção da arte mundial, portanto.

Por outro lado, há unidades curriculares que aproximam e tensionam as relações entre a língua materna e a língua franca, o inglês. Isso ocorre a fim de que se garanta não somente a aquisição da língua-alvo, mas também se promova a plena consciência sobre as fronteiras e intersecções entre os dois idiomas, aprofundando de igual maneira os conhecimentos sobre a prática e funcionamento do inglês, e da própria língua portuguesa, como apontam as normas regulamentares (Resolução CNE/CP no. 002/2019, art. 8º, inciso I).

Nesse mesmo espírito de flexibilização, em consonância com a Resolução do CNE/CP de nº. 002/2019, suprimem-se em absoluto quaisquer pré-requisitos em disciplinas de formação específica, excetuando-se os casos previstos por norma ou resolução do NDE do curso. Para os demais componentes a flexibilização se amplia, no intuito de que se dilua significativamente a rigidez estrutural, atribua-se maior dinamicidade e fluidez ao curso, conforme exigem as DCNs pertinentes (Pareceres do CNE/CES de no. 492/2001 e 1.363/2001).

A Resolução do CNE/CP de no. 002/2019, art. 11º, estabelece balizas de carga horária e função não só para a prática pedagógica, já mencionada anteriormente, mas também para os outros dois grupos que devem constituir a estrutura curricular. Conforme esse marco regulamentar, os cursos de licenciatura deverão apresentar matriz com carga horária de ao menos 3.200 (três mil e duzentas) horas, alocadas segundo a natureza dos seguintes grupos: Grupo I: 800 (oitocentas) horas, para a base comum que compreende os conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos e fundamentam a educação e suas articulações com os sistemas, as escolas e as práticas educacionais.

Grupo II: 1.600 (mil e seiscentas) horas, para a aprendizagem dos conteúdos específicos das áreas, componentes, unidades temáticas e objetos de conhecimento da BNCC, e para o domínio pedagógico desses conteúdos.

Grupo III: 800 (oitocentas) horas, prática pedagógica, assim distribuídas: a) 400 (quatrocentas) horas para o estágio supervisionado, em situação real de trabalho em escola, segundo o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) da instituição formadora; e b) 400 (quatrocentas) horas para a prática dos componentes curriculares dos Grupos I e II, distribuídas ao longo do curso, desde o seu início, segundo o PPC da instituição formadora.

O curso de Licenciatura em Letras Língua Inglesa terá duração mínima de quatro anos (matutino), portanto, 8 (oito) períodos letivos e quatro anos e meio 9 (nove) períodos, no noturno, configurados de modo a totalizar a carga horária final de 3.290 (três mil seiscentas e duzentas e noventa horas). Esta alocação matricial total já inclui componentes curriculares obrigatórios, atividades interdisciplinares e flexibilizadas, distribuídas no decurso de todos os semestres. Uma considerável parte dessa matriz se dedica a oferecer às(aos) licenciandas(os) a plena apropriação de elementos importantes para o exercício de sua profissão, tal qual o domínio do inglês (em Língua Inglesa I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII ? 655 [seiscentas e cinquenta e cinco] horas) e a competência para expressar-se também em sua língua materna, o que ocorre transversalmente pela produção e avaliação de textos orais e escritos em variadas disciplinas, ou fora delas. Essa abordagem se faz necessária porque em geral a rede de educação básica da região, em face dos muitos fatores que interferem na

qualidade do ensino-aprendizagem, é muito frequentemente incapaz de formar egressos do ensino médio que desempenhem habilidades e competências mais elementares em língua materna e no idioma franco, objeto desta licenciatura. Portanto, uma considerável parcela da carga horária desta estrutura curricular procura oferecer condições e oportunidades para que as(os) graduandas(os) superem essas limitações, entre outras possíveis lacunas oriundas de uma formação pregressa.

Assim, esta estrutura curricular, para além de uma base educacional comum em nível superior, do foco sobre a formação profissional, as práticas extensionistas e didático-pedagógicas, contempla um macro-itinerário mediante o qual a(o) aprendiz ingressante usufrua da oportunidade de se apropriar mais plenamente da língua inglesa e desenvolver suas habilidades na medida em que avança através das experiências e conhecimentos promovidos durante os oito ou mais semestres do curso.

Sob outro ponto de vista, a robusta alocação de carga horária para as unidades curriculares de língua franca pretende garantir, sobretudo a partir da segunda metade da graduação, um amplo exercício das habilidades de compreensão e produção em inglês, sejam estas orais ou escritas. É importante lembrar que é justamente nessa segunda parcela da graduação em que a(o) aprendente precisará avançar quase que exclusivamente através do idioma inglês. Dessa forma, a começar pelo 5º (quinto) semestre, a maioria representativa dos componentes curriculares tendem a ser desenvolvidos em inglês enquanto idioma de comunicação/instrução, com algumas exceções conforme se pode notar nos anexos deste PPC.

A saber, as unidades curriculares que constituem este programa se estabelecem segundo as leis e regulamentos em vigor, e encontram-se organizados no modo apontado nos anexos a este programa.

A matriz curricular proposta reconhece a educação como um direito agregador e como principal elemento dinamizador da mudança social, por meio da qual é possível superar as grandes desigualdades que ainda marcam a sociedade brasileira. Nesse contexto, este programa propõe o trabalho amplo e sistemático a partir de temáticas transversais, articulando concepções e práticas que deem conta de refletir os direitos humanos, a democracia, a justiça, a equidade, a inclusão, a diversidade e seus processos de promoção, proteção, defesa e aplicação na vida cotidiana.

A partir deste itinerário curricular, a(o) licencianda(o) deve igualmente habilitar-se a desenvolver investigações e práticas no âmbito do ensino-aprendizagem de língua franca, além de gerenciar e supervisionar equipes colaborativas. Para tanto, sua formação, que exige conhecimentos pertinentes e sistematizados, organiza-se, nesta matriz, em torno de dois

grandes núcleos de formação, os quais se dividem em três núcleos temáticos cada. O núcleo de Formação Geral contempla as temáticas da Formação Básica, Formação Inclusiva e Formação Científica. Por sua vez, o núcleo de Formação Específica, disposta no grupo II com a alocação de 1.600 (mil e seissentas) horas, inclui as temáticas dos Estudos Literários, Estudos Linguísticos e Ensino-Aprendizagem, conforme se observa no Anexo I (Desenho Curricular).

Sob esse mesmo contexto, a formação aqui postulada se redimensiona em uma multiplicidade de atividades curriculares que perfazem desde a construção gradativa e dialógica dos conjuntos de conhecimentos específicos até a fundamentação epistêmico-prática mais geral e transversal. Nessa última esfera, como já apontado, encontram-se a história e cultura afro-brasileira e indígena, a educação ambiental e a educação em direitos humanos, os quais operam como temas aglutinadores e geradores de abordagens no seio de componentes curriculares. Estes, por sua vez, integram arcabouços teórico-metodológicos e práticos, que são dialeticamente mobilizados de forma a contemplar ações articulatórias entre ensino, pesquisa e extensão, quer sejam essas iniciativas partes constitutivas de eixos didático-pedagógicos, da formação cidadã e profissionalizante, ou de estudos linguísticos e literários.

METODOLOGIA

Os pressupostos metodológicos notados neste programa reconhecem e valorizam o protagonismo de todas(os) as(os) agentes do processo educacional, voltando-se precipuamente para a construção de novos conhecimentos e para o desenvolvimento de habilidades e competências. Dessa maneira, o percurso formativo exige permanente estímulo ao raciocínio crítico-científico e a práticas conscientes, situacionais e reflexivas, com vistas à emancipação da(o) aprendente.

De um ponto de vista dos preceitos regulamentares, a organização do trabalho didático-pedagógico na UFPA, Curso de Língua Inglesa, orienta-se a partir dos princípios do regime didático-científico prescritos no Regimento Geral da universidade (Resolução CONSUNI/UFPA de no. 616/2006). Estes parâmetros, que operam como balizas da metodologia dos cursos de licenciatura, emerge do desenvolvimento histórico da organização acadêmica da universidade e lança luz tanto sobre as formas organizadoras das práticas de ensino-aprendizagem cotidianamente empregadas, quanto operam como os fundamentos primeiros da estrutura curricular. Para além disso, tais princípios se articulam

com as ações indicadas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2016-2025), que procura satisfazer as diretrizes pedagógicas programadas pela instituição.

Em consonância com seu Regimento Geral, art. 2o, a UFPA sistematiza e implementa suas atividades didático-científicas de modo a respeitar os princípios mencionados a seguir: a universalização do conhecimento; o respeito à ética e à diversidade étnica, cultural e biológica; o pluralismo de ideias e de pensamento; o ensino público e gratuito; a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; a flexibilidade de métodos, critérios e procedimentos acadêmicos; a excelência acadêmica; a defesa dos direitos humanos e a preservação do meio ambiente. Tais padrões funcionam, conforme sugerido acima, como fundamento para a estruturação das atividades acadêmicas da universidade, fomentando também a adequação às novas demandas das comunidades interna e externa no que concerne às práticas de ensino, pesquisa e extensão.

Na concepção sugerida no Regimento Geral da UFPA e demais normas pertinentes (Resolução CNE/CP no. 002/2019), o regime acadêmico das licenciaturas deve contemplar horas obrigatórias de prática pedagógica e extensionista (Grupo III), às quais se acrescem as horas de trabalho de estágio supervisionado; uma parcela para exploração e aquisição de conteúdos específicos da área de Letras-Inglês (Grupo II); e outra parcela de carga horária para a formação científico-profissional básica e educacional comum (Grupo I).

No bojo desses grupos de formação, compreende-se que o processo de ensino-aprendizagem em cursos destinados à formação de professores, como é o caso desta graduação em língua inglesa, deva ser direcionado tanto às atividades teórico-práticas de investigação, e aquisição/apropriação de múltiplos saberes/dados, quanto às ações que viabilizem o desenvolvimento da autonomia pelos docentes em formação, no sentido de que estes devem se tornar independentes na busca pelos meios necessários e suficientes para fomentar, sistematizar e aprimorar seus próprios conhecimentos. Ao mesmo tempo, a metodologia prevista na implementação deste programa curricular deve constituir-se continuamente participativa e cooperativa, recorrendo a linguagens e materiais didáticos coerentes com a situação e o contexto em que se aplicam e compatíveis com os direitos humanos, dentre outros princípios de respeito à diversidade, à democracia e à inclusão a serem exercitados no decurso na atuação profissional (Parecer CNE/CP nº. 008/2012; Resolução nº. CNE/CP nº. 001/2012).

Assim, no âmbito desta licenciatura, as metodologias de ensino enfatizam o desenvolvimento profissional, e priorizam o aprender fazendo, por meio de práticas mais efetivas de experimentação formativas, inovações teórico-metodológicas, advindas dos recursos tecnológicos e digitais (audiovisuais), flexibilização curricular e máxima integração

das atividades extensionistas ao ensino e percurso formativo da(o) graduanda(o). As(os) próprias(os) licenciandas(os) são resultados das múltiplas relações que os constituem, dentro e fora da universidade, de modo que os conhecimentos adquiridos em diferentes contextos em que a aprendizagem acontece não devem ser desconsiderados no processo formativo do profissional de letras.

Nesse contexto, a UFPA em Altamira procura promover também a convergência e/ou integração do ensino presencial com as tecnologias da comunicação e da informação. Adicionalmente, a universidade busca desenvolver as condições necessárias não somente para o emprego consistente e integrado de recursos tecnológicos, mas também para o fomento de metodologias múltiplas do trabalho docente, para o fortalecimento da política de acolhimento aos estudantes, para o estímulo à produção de materiais didáticos criativos, diferenciados, para a regulamentação/sistematização dos processos de oferta de disciplinas e para o aprimoramento do centro de tecnologia da universidade, com vistas, sempre, à produção de práticas pedagógicas inovadoras e cientificamente fundamentadas.

Dessa forma, as metodologias de ensino empregadas no curso de graduação em língua inglesa são bastante diversificadas, uma vez que estas satisfazem as metas e variadas necessidades dos múltiplos componentes curriculares ofertados. Concomitantemente, tais metodologias procuram proporcionar aos acadêmicos, também a partir das demandas destes, práticas reflexivas no que se refere às dimensões educacional, social, cultural e pessoal da formação docente. Dentre os instrumentos metodológicos empregados destacam-se a produção de gêneros discursivos diversos, estudos de caso, gamificação, ensino-aprendizagem por projetos ou baseado em tarefas (project-based learning), aprendizagem baseada em problemas (problem-based learning), aprendizagem baseada em equipe/pares (team-based learning), sala de aula invertida, elaboração de portfólio, transposições didáticas, aulas expositivas, aulas teórico-práticas, estágios, seminários, debates, apresentações individuais, entre outros.

Enfatiza-se que a metodologia no curso de licenciatura em língua inglesa se constitui em um desafio que começa com a formação dos próprios docentes e resvala para os outros elementos do processo de ensino-aprendizagem. Interagentes desse processo são sistematicamente incentivados a perceber, analisar, compreender, avaliar, problematizar e questionar suas certezas, seus valores, suas concepções para não estagnarem, pelo contrário, a fim de que avancem na contínua transformação que deve ser o percurso formativo de professoras(es) e estudantes.

Nesse sentido, como preceitua o art. 89, §3º do Regulamento da Graduação da UFPA, o Plano da Disciplina em sua formulação final deverá ser apresentado no primeiro dia de aula,

quando serão avaliadas, conjuntamente com os discentes, as diversas metodologias eleitas. Possíveis e necessárias modificações serão então absorvidas pelo planejamento. A fim de demonstrar aos discentes a prática didático-pedagógica do curso são empregados também estes mecanismos metodológicos: jornadas e palestras de profissionais que atuam na área do ensino e pesquisa em língua inglesa; aulas didáticas de demonstração, com diversas aplicações pedagógicas; estudo dirigido; inserção em projetos integradores e programas de desenvolvimento pessoal; visitas técnicas para demonstração de ambientes técnico-científicos-didáticos; experiências/relatos observacionais para comprovação dos conceitos estudados em sala; participação dos discentes em grupos de pesquisas; execução de projetos de construção de bancas didáticas desenvolvidas pelos próprios alunos sob orientação de um professor; realização de projetos de extensão para a solução de problemas da sociedade local; participação em eventos científicos, tais como congressos, simpósios, fóruns, entre outros.

Tais recursos metodológicos visam a integrar ao menos cinco princípios elementares a este curso de licenciatura: a interdisciplinaridade entre os diversos campos do saber que fundamentam a formação dos futuros docentes; o serviço adaptativo às múltiplas formas de ensinar e aprender dos agentes envolvidos nas atividades didático-científicas; a reciprocidade recursal do ensino-aprendizagem na tríade criação-reflexão-criação de conhecimentos, empreendida pelos próprios agentes desse processo; a integração das atividades de ensino-pesquisa-extensão em torno dos eixos da teoria e da prática, e também em torno da interação entre os espaços formativos da escola pública, da universidade e da sociedade/comunidade local como um todo; e a prática da avaliação formativa, condizente com a concepção de ensino-aprendizagem diversificada, retroalimentadora e inovadora da UFPA, de modo a promover intercâmbios permanentes e sistemáticos entre agentes do conhecimento e o contexto acadêmico-pedagógico.

De um ponto de vista mais organizacional, o curso de Letras Língua Inglesa se reitera comprometido com os grupos curriculares anteriormente citados (Resolução CNE/CP no. 002/2019): (a) saberes educacionais e científicos elementares; (b) domínio pleno sobre os objetos cognoscíveis particulares da área, na qual se encontram língua, literatura e outros aspectos socioculturais; (c) experiências/atividades profissionais e extensionistas no âmbito didático-pedagógico, precipuamente no que se refere ao ensino de língua. Assumindo que ensinar uma língua implica a busca de equilíbrio entre saber empregá-la, refletir sobre ela e apropriar-se de conceitos, métodos e técnicas relativos à sua prática docente, o PPC do presente curso propõe que o futuro professor de língua franca precisa ser suficientemente capacitado nessas três dimensões a fim de que exerça sua profissão com eficiência e seja

capaz de empreender seu aperfeiçoamento contínuo após a obtenção do grau de licenciado. Esses três eixos não são compartimentos estanques, mas sobrepõem-se e imbricam-se, já que dominar a multimodalidade de uma língua franca, de forma a ser necessariamente competente para ensiná-la, significa também articular confortavelmente elementos dessas três dimensões.

Por fim, sob uma perspectiva mais epistêmica, este programa curricular estabelece que as metodologias de trabalho através das quais se instanciam seus múltiplos componentes devem permanentemente abordar a aprendizagem como um processo contínuo e flexível, que se fomenta mais plenamente através de práticas e prismas interdisciplinares, e diversificados. Em sentido semelhante, a diversidade deve ser acolhida e respeitada, seja através de ações de enriquecimento cultural, seja no trato de temas transversais, os quais operam como pressupostos da educação para a cidadania democrática, inclusiva e participativa.

É também importante ratificar que a reflexão crítica, o aprimoramento em práticas investigativas, o desenvolvimento de hábitos de cooperação intersubjetiva e a contínua integração entre ensino, pesquisa e extensão operam como base da formação acadêmico-profissional, e como componentes essenciais a serem considerados quando de decisões metodológicas relativas ao desenvolvimento de cada um dos componentes curriculares urdidos neste documento.

Por fim, independentemente das seleções metodológicas específicas, realizadas na condução efetiva de cada componente curricular, é preciso que estas contemplem e aprimorem, sempre que possível: a flexibilização da formação profissionalizante nas atividades extensionistas; a atuação de aprendentes em projetos de desenvolvimento dos conteúdos curriculares; o emprego de tecnologias e linguagens digitais, bem como a implementação de estratégias e materiais de apoio inovadores.

4.6 TESTE DE NIVELAMENTO EM LÍNGUA INGLESA

O teste de nivelamento em língua inglesa será realizado com as turmas ingressantes do curso, a fim de avaliar conhecimentos prévios na língua inglesa e colocar os alunos em disciplinas equivalentes com o seu conhecimento linguístico.

4.6.1 Concepção do exame

O teste nasce da necessidade de alocar os alunos ingressantes de acordo com suas habilidades, evitando desequilíbrios. Os alunos ingressantes que já tiverem completado os

níveis A1.1, A1.2 e/ou A1.3 poderão validar as disciplinas de língua inglesa anteriores ao seu nível de proficiência.

4.6.2 Estrutura da certificação

Trata-se de um exame que tem como objetivo verificar tanto a compreensão oral e escrita, quanto a produção oral e escrita, em língua adicional. Para isso, a prova escrita será constituída de duas partes, a saber: a primeira parte avalia a compreensão de textos de cunho geral na língua-alvo, e a segunda apresenta solicita que o aluno escreva um texto no idioma em questão.

4.6.3 Dispensa do teste de nivelamento

O estudante selecionado para ingresso no curso de Letras Língua Inglesa que possuir um dos certificados abaixo poderá utilizá-lo para obter a dispensa na realização do exame de nivelamento. Entretanto, independentemente do nível de proficiência alcançado pelo aluno em um desses exames, todos alunos deverão cursar as disciplinas Língua Inglesa IV, V, VI, VII e VIII. Listamos abaixo os exames aceitos:

a. Test of English as a Foreign Language (TOEFL).

§ 1º Considerar a pontuação mínima de 65 pontos no TOEFL IBT (Internet Based Test). § 2º Considerar a pontuação mínima de 513 pontos no TOEFL-ITP (Institutional Testing Program) ou TOEFL PBT (Paper Based Test).

§ 3º Considerar a validade de dois anos, a partir da data da emissão.

§ 4º Recomendamos atribuir a nota máxima.

b. International English Language Testing System ? IELTS.

§ 1º Considerar a pontuação mínima de 5,5 pontos.

§ 2º Considerar a validade de dois anos, a partir da data da emissão.

§ 3º Recomendamos atribuir a nota máxima

c. Cambridge: B2 First (FCE), C1 Advanced (CAE) ou C2 Proficiency (CPE).

§ 1º Considerar validade ilimitada para o diploma.

§ 2º Recomendamos atribuir a nota máxima.

d. Test of English for International Communication (TOEIC) Listening & Reading.

§ 1º Considerar a pontuação mínima de 605 pontos.

§ 2º Considerar a validade de dois anos, a partir da data da emissão.

§ 3º Recomendamos atribuir a nota máxima.

e. Declaração de proficiência emitida por universidade federal brasileira.

§ 1º Considerar a validade de dois anos, a partir da data da emissão.

§ 2º Recomendamos atribuir a nota constante na Declaração.

4.6.4 A realização do exame de nivelamento

O exame ocorrerá anualmente em data e horário a serem definidos pelo Colegiado de Letras Língua Inglesa. A inscrição no exame ocorrerá por meio do SIGAA e estarão dispensados dele aqueles alunos que apresentarem um dos certificados mencionados aqui, ou que porventura optarem por se matricular diretamente na disciplina Língua Inglesa I, abdicando da possibilidade de nivelamento para disciplinas posteriores. Os discentes que fizeram cursos de idiomas regional ou internacional também farão o teste de proficiência da faculdade para serem dispensados caso aprovados.

Aqueles discentes que por algum motivo não puderem comparecer na data e horário especificados para a realização da primeira chamada do exame, poderão prestá-lo em uma segunda chamada em data e horário constantes no edital que rege o exame. O não comparecimento na segunda chamada resultará na perda do exame de nivelamento do presente ano. Caso haja interesse, o aluno poderá prestar o exame no ano seguinte estando condicionado às mesmas normas (primeira chamada e segunda chamada). Os alunos advindos de outras instituições em período posterior à aplicação do exame deverão prestá-lo no ano seguinte. Casos omissos serão tratados pelo Colegiado de Letras.

Independentemente do nível de proficiência alcançado pelo aluno nesse exame, todos alunos deverão cursar as disciplinas Língua Inglesa IV, V, VI, VII e VIII.

4.6.5 Avaliação de nivelamento em língua adicional

A avaliação de nivelamento auxiliará o melhor andamento pedagógico do curso, pois os discentes podem desenvolver atividades conforme os seus conhecimentos autônomos e aprimorá-los ao longo do curso. Então, essa prova será um diagnóstico inicial do aluno relacionando as quatro habilidades (oral, escrita, leitura, auditiva) da língua inglesa.

Para a avaliação das quatro habilidades em língua adicional do aluno, será formada uma banca constituída por dois ou mais professores do curso de Letras Língua Inglesa e esses utilizarão critérios de avaliação permeados pelas noções presentes no Quadro Comum Europeu de Referência para línguas .

O Quadro Europeu Comum de Referência para Línguas (Common European Framework of

Reference for Languages ? CEFR) é um padrão internacionalmente reconhecido para descrever a proficiência em um idioma e divide o conhecimento dos aprendentes em três categorias, cada uma com duas subdivisões.

PRÁTICA PEDAGÓGICA COMO COMPONENTE CURRICULAR

Em conformidade com a Resolução CNE/CP nº. 002/2019, as práticas pedagógicas ocorrem desde o primeiro ano da licenciatura, a partir do 2º (segundo) semestre, sendo inerentemente articuladas com os saberes e aprendizagens previstas nos componentes curriculares, assegurando o contato da(o) graduanda(o) com experiências de ensino. Assim, aprendentes podem, ao longo do curso, gradativamente se preparar para a assunção de maiores responsabilidades de exercício profissional, ou seja, para a gestão e execução de ações didático-pedagógicas que se realizam através dos Estágios Supervisionados I, II, III e IV, durante os quais as(os) licenciandas(os) se encontrarão em situação de trabalho concreto na escola básica.

Segundo preveem as normas correlatas aos aspectos práticos do currículo, estes possuem o objetivo de desenvolver habilidades destinadas ao exercício da profissão docente, mesmo no início da trajetória acadêmica, articulando áreas ou disciplinas da matriz curricular em torno desse mesmo alvo. Em termos de rigor conceitual e organizacional, conforme estabelece este programa, devem-se considerar práticas como componentes curriculares todas as atividades que possuam natureza didático-pedagógico e que concomitantemente exijam vinculação ao ensino, procedimento de matrícula, coordenação por um docente responsável, aferição de aproveitamento e frequência, bem como resultados avaliativos diversificados e contextualizados ao cunho particular da prática em tela.

A matrícula nesses componentes deve ser realizada pelos próprios estudantes na medida em que tais atividades forem ofertadas. Sua disponibilidade depende de elementos variados, tais como recursos humanos, organização espaço-temporal, bem como previsibilidade do perfil profissional adequado para as tarefas de supervisão do componente.

A partir dessas orientações, define-se que neste curso de graduação as práticas enquanto unidades curriculares, compreendem, no grupo III específico 380 (trezentas e oitenta) horas, sem mencionar as 675 (seiscentas e setenta e cinco) horas práticas no interior de múltiplos componentes curriculares, dos grupos I e II que foram alocados em disciplinas distribuídas no amplo decurso da licenciatura. Esse posicionamento estratégico e operacional de elementos curriculares ao longo da graduação, além de cumprir a alínea ?b?, inciso III, art.

11 da Resolução CNE/CP de no. 002/2019, também fomenta espaços de promoção da articulação entre saberes e experiências, ou entre estudos e as práticas necessárias previstas. Portanto, foram especialmente desenvolvidas com o condão de instanciar a integração entre múltiplas disciplinas do curso, em sua dimensão mais concreta, os componentes curriculares apontados nos anexos deste programa.

Compreende-se que essas práticas curriculares se voltam precipuamente à experimentação do exercício profissional ou da atuação didático-pedagógica, mobilizando diversos conteúdos teórico-práticos que são integrados dialogicamente a partir de sua aquisição no interior dos componentes curriculares dos grupos I e II, já anteriormente apontados (ver. Tabela 5.0) ? o que satisfaz plenamente o que é exigido pelas normativas do CNE e demais órgãos responsáveis.

Essas práticas de componentes curriculares serão realizadas por meio de oficinas, análise/aplicação e produção de materiais didáticos, elaboração e implementação de planos de aula, minicursos e/ou seminários dentro e fora da universidade, nas escolas, ONGs e outros ambientes apropriados, inclusive com o auxílio de dispositivos, linguagens e tecnologias digitais, quando pertinente e possível. Além disso, essas atividades práticas poderão se efetivar através de desenvolvimento de pesquisa científica de campo nos estabelecimentos de ensino fundamental em anos finais e do ensino médio. Elas podem contemplar também temáticas como: o planejamento de ações educativas, elementos do planejamento docente, a experimentação acerca da estrutura e do funcionamento do ensino básico, aspectos afetivos e socioculturais da escola, métodos e abordagens de ensino de língua inglesa; aplicação das teorias linguísticas integradas às metodologias ou abordagens de ensino de língua inglesa como idioma franco; alternativas metodológicas para o ensino de língua inglesa e literaturas anglófonas; TICs como ferramentas educacionais; ensino-aprendizagem de produção e compreensão oral/escrita em língua franca; gêneros textuais e ensino comunicativo de línguas; multimodalidade e ensino de língua/literatura; implementação de temas como interdisciplinaridade e transversalidade no ensino; aplicação de teorias literárias e da problematização de obras literárias; aspectos introdutórios de análise e compreensão de textos literários; ou a didatização de textos literários em diferentes contextos de ensino, com vistas à promoção do letramento literário.

Outra forma de implementar as práticas acima referenciadas é através das aulas de campo, já tornadas obrigatórias por este programa curricular, conforme apontado na seção anterior. Desse modo, cabe ratificar que serão necessários recursos para promover uma ou mais das seguintes atividades/aulas de campo:

(i) jornada investigativa in loco a comunidades linguísticas localizadas em áreas

fronteiriças, sejam estas bilíngues ou plurilíngues;

(ii) visita científica a laboratórios de linguística, departamentos/entidades e instituições de acolhimento, auferimento, tratamento e/ou sistematização de dados linguísticos e/ou didático-pedagógico relativo a idiomas;

(iii) incursão a centros de análise fonética, fonoaudiológica, neurolinguística, dialetológica, linguística forense, psicolinguística, entre outras dimensões concernentes à linguística teórica e/ou aplicada;

(iv) experiência/experimento cultural e analítico-reflexivo em museus/galerias de arte e outros espaços formais ou informais de produção do estético e da cultura, incluindo amostras, feiras, exposições, performances e vernissages;

(v) coleta ou geração de dados linguísticos e discursivos em escolas (bilíngues ou não) em áreas rurais e de reserva indígena, bem como quilombos e assentamentos, ou escolas de idiomas, comunidades bilíngues, plurilíngues, dentre outras;

(vi) análise da tradução e/ou interpretação linguística em campo a partir da observação e decomposição da performance laboral dos profissionais da área de idiomas ? considerando-se que essa atividade pode incluir espaços onde haja cabine/câmara acústica e pode contemplar também eventos dos mais variados formatos e propósitos.

Com efeito, nota-se reiteradamente que, a partir da realização dessas e outras práticas, este programa curricular fomenta o desenvolvimento e ampliação de habilidades e competências fundamentais às(aos) licenciandas(os), a fim de que se apropriem desses elementos e os redimensionem nas esferas mais concretas de sua formação superior ? o que certamente contribui para edificar a base imprescindível na atuação docente para além das fronteiras universitárias.

Por fim, é importante observar que os resultados dos expedientes práticos adotados e levados a efeito a partir desses componentes curriculares devem ser, com o assessoramento do NDE, avaliados a cada período curricular, conforme determina o Regulamento do Ensino de Graduação da UFPA (Resolução CONSEPE/UFPA no. 4.399/2012); de modo que os diagnósticos provenientes dessa avaliação devem subsidiar o (re)planejamento a cada semestre letivo subsequente. Em suma, a dimensão da prática como unidade curricular fomenta a construção, o desenvolvimento e o aprimoramento de projetos de intervenção didático-pedagógica dentro e fora desta IES.

ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Primeiramente, é preciso notar que as práticas de estágio supervisionado se orientam a partir de diversas normas regulamentares. Dentre as principais delas encontra-se a Resolução CNE/CP de no. 002/2019, segundo a qual:

Art. 15. A carga horária de 800 horas para a prática pedagógica deve estar intrinsecamente articulada, desde o primeiro ano do curso, com os estudos e com a prática previstos nos componentes curriculares, e devem ser assim distribuídas: 400 (quatrocentas) horas de estágio supervisionado, em ambiente de ensino e aprendizagem; e 400 horas, ao longo do curso.

[...]

§ 4º As práticas devem ser registradas em portfólio, que compile evidências das aprendizagens do licenciando requeridas para a docência, tais como planejamento, avaliação e conhecimento do conteúdo.

§ 5º As práticas mencionadas no parágrafo anterior consistem no planejamento de seqüências didáticas, na aplicação de aulas, na aprendizagem dos educandos e nas devolutivas dadas pelo professor.

Em conformidade com essa mesma resolução, este curso de licenciatura oferece Estágio Supervisionado na área de formação e atuação na Educação Básica como um componente obrigatório na integralização curricular. Nesse sentido, esse estágio manifesta-se como atividade específica e dialógica com a prática pedagógica e profissional, integrando atividades teóricas e práticas, de observação e de regência. Tais ações devem culminar em um Relatório de Estágio para cada nível/unidade de integralização (de I a IV), os quais, além de atender às exigências do parágrafo 4º da resolução acima, deverão compor o acervo da Coordenação de Estágio e/ou da Coordenação do Curso, tornando-se também instrumento de reflexão e crítica teórico-prática, bem como objeto de avaliação no decurso de cada uma dessas quatro unidades curriculares.

Adicionalmente, esse componente curricular possui por diretriz a Resolução do CONSEPE/UFPA de no. 4.399/2013 (Regulamento do Ensino de Graduação), cujo artigo 76 prescreve os objetivos institucionais do estágio, a saber:

- I) Possibilitar a ampliação de conhecimentos teóricos aos discentes em situações reais de aprendizagem;
- II) Proporcionar aos discentes o desenvolvimento de habilidades e práticas, e o aperfeiçoamento técnico-cultural e científico, por intermédio de atividades relacionadas com sua área de formação;
- III) Desenvolver atividades e comportamentos adequados ao relacionamento socioprofissional.

O Estágio Curricular Supervisionado, que no âmbito da Faculdade de Letras Dalcídio Jurandir se orienta pela Resolução 001/2019 UFPA/CALTA/FLDJ, totaliza 420 (quatrocentas e vinte) horas, devendo ocorrer a partir do 5º (quinto) semestre do curso, sob a direção do Coordenador de Estágio e do Orientador de Estágio, que desempenhará cumulativamente a função de Supervisor de Estágio. Essa atividade curricular deverá realizar-se em instituições de ensino fundamental e médio, com vistas a articular teoria e prática, ações didático-pedagógicas, profissionais e de gestão.

É igualmente relevante apontar que o componente de estágio se divide em quatro unidades curriculares. Os Estágios Supervisionados I e III, complementares à formação profissional, destinam-se à observação do ambiente e das atividades pedagógicas e gerenciais, bem como ao planejamento de propostas de intervenção didática, adequadas às práticas de uso e reflexão sobre a língua/linguagem. Por sua vez, os Estágios Supervisionados II e IV contemplam a atuação das(os) licenciadas(os) na forma de regência compartilhada entre professores-formadores e graduandas(os), quer seja no ensino regular dos anos finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano), no caso do estágio II, ou no decurso do Ensino Médio regular, no caso do estágio IV; quer seja no Ensino de Jovens e Adultos (EJA) que inclua esses mesmos níveis educacionais.

Esse componente curricular pressupõe a interação, o trabalho colaborativo, as implementações relativas ao eixo integrador teoria-prática, bem como o confronto entre práticas tradicionais e práticas inovadoras de ensino. Nesse sentido, a Faculdade de Letras Dalcídio Jurandir da UFPA em Altamira oferecerá Manual de Orientações para o Estágio Supervisionado, afim de garantir o pleno conhecimento acerca do funcionamento dessas atividades práticas.

Ainda em conformidade com os instrumentos normativos que orientam o estágio, esse elemento programático de formação perfaz o cumprimento da carga horária total de 420 horas, divididas da seguinte maneira:

- ? Estágio Supervisionado em Língua Inglesa I ? Observação no Ensino Fundamental ? 105h;
- ? Estágio Supervisionado em Língua Inglesa II ? Regência no Ensino Fundamental ? 105h;
- ? Estágio Supervisionado em Língua Inglesa III ? Observação no Ensino Médio ? 105h; ?
- Estágio Supervisionado em Língua Inglesa IV ? Regência no Ensino Médio ? 105h.

As atividades de estágio também deverão abordar os seguintes aspectos: (i) caracterização do espaço educacional; (ii) compreensão dos aspectos da rotina institucional e de gestão didático-pedagógica; (iii) conhecimentos acerca do processo de ensino-aprendizagem de língua franca; (iv) avaliação das ações implementadas no estágio. As orientações sobre os parâmetros, normas, critérios, concepções e a própria realização dos Estágios

Supervisionados, bem como o monitoramento e acompanhamento das atividades das(os) licenciandas(os) para o cumprimento da carga horária requerida são de responsabilidade dos Orientadores, Coordenador e Supervisores de Estágio, aos quais também deverá ser outorgada carga horária semanal destinada às suas respectivas atividades.

Cada turma de estágio, sob a direção do mesmo Orientador, será composta por, no máximo, 12 (doze) graduandas(os), de modo que o Conselho da Faculdade faz-se apto a deliberar sobre normas regulamentares adicionais acerca desse componente curricular, desde que não haja prejuízo ao desempenho das atividades pelas(os) licenciandas(os), tampouco dissonância com as diretrizes nacionais e institucionais em vigor. Nesse sentido, os estágios deverão ser realizados em observância às determinações legais quanto a convênios institucionais, termos de compromisso, cobertura de seguro, instalações de estágio, carga horária semanal, supervisão docente, entre outros aspectos pertinentes. Cumprido o estágio, conforme já apontado anteriormente, a(o) licencianda(o) deverá apresentar os resultados/conclusões de sua experiência, indicando dificuldades, limitações, referenciais teórico-práticos e aprendizagens decorrentes do processo. Reitera-se também que essa conclusão do estágio deve ser objeto de avaliação do orientador-supervisor, da(o) própria(o) licencianda(o) e do profissional-regente da instituição, local de realização dessas atividades práticas.

ATIVIDADES COMPLEMENTARES

A partir deste programa, concebe-se uma universidade que não se restringe aos componentes consagrados em seu PPC ou às atividades de sala de aula, oportunizando aos docentes em pré-serviço a flexibilização de seu processo educacional. Nesse contexto, compreende-se também que a sociedade busca profissionais mais emancipados, capazes de levar a efeito sua autodeterminação, ou seja, aptos a construir de modo autônomo e flexível a sua própria formação. Consequentemente, destinam-se ao menos 90h (noventa horas) da carga horária do plano curricular do curso para que a(o) licencianda(o) atue ou se envolva em seminários, oficinas, minicursos, palestras e estágios de pesquisa e/ou extensão ligados à grande área de Letras-Linguísticas ou áreas correlatas, conforme tabela CAPES/CNPq.

Tais Atividades Complementares deverão ser realizadas pela(o) graduanda(o) no período que compreende seu ingresso na graduação até sua integralização pela Secretaria da Faculdade de Letras Dalcídio Jurandir. Assim, para que produzam o efeito pretendido e sejam validados, os certificados, declarações e demais documentos comprobatórios similares

deverão conter os seguintes elementos:

1. Carimbo, ou registro digital autenticável, ou marca, ou selo da instituição e responsável pela promoção da ação, curso, disciplina ou evento;
2. Título da atividade;
3. Data/período de realização da atividade;
4. Designação de carga horária cumprida e, quando for o caso, do aproveitamento obtido;
5. Assinatura do responsável direto pela condução da atividade.

Nesse mesmo espírito, e conforme ordenamento orçamentário da UFPA, Campus Altamira, este programa curricular torna obrigatórias as aulas de campo para todas as turmas desta licenciatura, ao menos uma vez durante o percurso formativo. Essas atividades de campo são desenvolvidas fora das salas de aula e fazem parte do conteúdo programático de diversas disciplinas obrigatórias e eletivas de diferentes componentes curriculares desta graduação: (i) jornada investigativa a comunidades linguísticas de fronteira bilíngue ou multilinguística; (ii) visita a laboratórios de linguística, departamentos/entidades e instituições de organização, recepção e tratamento de dados linguístico e/ou didático-pedagógico relativo a idiomas; (iii) incursão a centros de análise fonética, fonoaudiológica, neurolinguística, dialetológica, linguística forense, psicolinguística, inter alia; (iv) experiência/experimento cultural e analítico-reflexivo em museus/galerias de arte e outros espaços formais ou informais de produção de cultura, incluindo amostras e vernissages; (v) coleta ou geração de dados linguísticos e discursivos em escolas (bilíngues ou não) em áreas rurais e de reserva indígena, bem como quilombos e assentamentos, ou escolas de idiomas, comunidades bilíngues, plurilíngues, dentre outras; (vi) análise da tradução e/ou interpretação linguística em campo a partir da observação e decomposição da performance laboral dos profissionais da área de idiomas.

Essas atividades de campo são realizadas durante os semestres letivos, de acordo com o calendário acadêmico, envolvendo os estudantes regularmente matriculados, técnicos e professores responsáveis pelas disciplinas, na coleta de material e visitas de natureza científica e cultural em áreas designadas como relevantes ao estudo da língua, da cultura e da aquisição de idiomas, incluindo comunidades diversas e sítios socialmente/culturalmente pertinentes em áreas urbanas e rurais.

A fim de que se evitem pendências ou impedimentos quanto à colação de grau, é preferível que as(os) graduandas(os) submetam as evidências dessas atividades já no começo do último semestre do curso. Ao final do curso, elas serão validadas por meio da apresentação de documento comprobatório de:

1. Até 60 (setenta) horas de participação como bolsista e/ou voluntário em projetos de

pesquisa, ensino, monitoria e extensão;

2. Até 50 (cinquenta) horas em publicação de artigos em revista Qualis-CAPES (A1, A2, A3, A4, B1, B2, B3, B4, segundo classificação do período 2017-2020), sendo que cada texto comprovadamente publicado equivale a 25 (vinte e cinco horas);

3. Até 60 (sessenta) horas de participação em eventos, cursos e ações acadêmico-científicas e culturais da grande área de Letras-Linguística-Artes e campos correlatos;

4. Até 45 (quarenta e cinco) horas distribuídas em no mínimo 1 (uma) disciplina eletivas/optativas concernentes à grande área de Letras-Linguística e campos correlatos. Para além dos projetos e iniciativas dos membros do corpo docente, nos quais as(os) licenciandas(os) poderão se engajar, a licenciatura em parceria com a faculdade e/ou o campus também organizará eventos, cursos, minicursos e/ou palestras em moldes e configurações diversas. Essas ações deverão envolver agentes sociais e instituições locais, regionais e nacionais no intuito de fomentar a flexibilização e diversificação curricular, bem como no objetivo de manter a comunidade do curso atualizada e articulada tanto em relação aos espaços internos e externos de ensino-aprendizagem, prática didático-pedagógica, debate e enriquecimento cultural; quanto em relação à produção científica em desenvolvimento nas áreas de abrangência desta licenciatura. Em outras palavras, essas oportunidades serão desenvolvidas no propósito maior de que as(os) graduandas(os) sejam capazes de fortalecer/ampliar um percurso acadêmico mais particular e condizente com suas escolhas e perfil, proporcionando sua inserção nas várias áreas de conhecimento e nas esferas de atuação ou de sua profissionalização.

TRABALHO DE CURSO (TC)

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) se organiza em consonância com outros dois componentes curriculares de 60 (sessenta) horas cada ? ver explicações a seguir ?, e constitui-se de uma atividade curricular obrigatória a ser realizada pela(o) licencianda(o). Esta atividade é também imprescindível à obtenção do diploma do curso de graduação, já que se trata de sistematização das experiências e saberes vivenciados no decurso do processo formativo em nível de ensino superior, em conformidade com a legislação e normas regulamentares em vigor na UFPA, em especial o art. 79 da Resolução CONSEPE/UFPA de no. 4.399/2013 (Regulamento de Ensino de Graduação).

No âmbito desta licenciatura, o TCC deve se constituir de um trabalho de autoria individual, podendo expressar-se na forma de uma monografia, um memorial crítico-reflexivo, um

artigo, um projeto de intervenção na área ou subárea dos estudos da linguagem, entre outros gêneros acadêmico-discursivos admissíveis, conforme resolução própria da Faculdade de Letras Dalcídio Jurandir, e em acordo com o que estabelecem os artigos de 92, 93, 94, 95 e 96 da Resolução do CONSEPE/UFPA de no. 4.399/2013 (Regulamento do Ensino de Graduação). Esse trabalho deverá ser realizado sob a orientação de um professor-pesquisador do curso ou de outro docente externo, nos termos da legislação vigente e em consonância com as deliberações do Colegiado do Curso e do Conselho da Faculdade. Seu conteúdo deve ser elaborado e apresentado exclusivamente em língua inglesa. Em casos muito específicos e especiais, devidamente justificados e fundamentados em evidência material, e sob autorização expressa do NDE do curso, a apresentação poderá ser realizada parcialmente em português, situação na qual o trabalho será imprescindivelmente escrito em inglês.

O TCC deve ser um trabalho de caráter acadêmico-científico, decorrente de reflexões críticas e experiências teórico-práticas que tenham a contribuir, com originalidade e evidentes índices de autoria/autenticidade, tanto à área de estudos a qual o trabalho esteja vinculado, como também ao contexto acadêmico e profissional da(o) licencianda(o). Esse trabalho científico tem início formalmente na atividade curricular de Metodologia da Pesquisa em Língua Inglesa ? 6º (sexto) semestre ? e se desdobra em outros dois componentes curriculares, conforme já sugerido: a Prática de Escrita Acadêmica ? 7º (sétimo) semestre ? e o Trabalho de Conclusão de Curso ? 8º (oitavo) semestre. Tais unidades, que compõem essa tríade curricular, possuem funções distintas e complementares em relação umas às outras. A saber, o componente de Metodologia da Pesquisa em Língua Inglesa contempla saberes e reflexões quanto aos métodos, técnicas, abordagens, estratégias e instrumentos empregados em investigações envolvendo o ensino-aprendizagem de idiomas, os múltiplos usos da língua inglesa, bem como seu funcionamento sistêmico-estrutural, sociocultural e discursivo, o que culminará no desenvolvimento do projeto de TCC. Já a Prática de Escrita Acadêmica oportuniza o início das orientações de pesquisa e das diretrizes aplicadas à construção do corpo textual da produção final de curso, ensejando, ainda que em fase prototípica ou inaugural, a construção de uma fundamentação teórico-metodológica, bem como o desenvolvimento exordial da pesquisa. Por conseguinte, o TCC propriamente dito inclui o avanço da construção investigativa e seu pleno aprimoramento, de modo que o desenlace desse amplo processo seja catalisado na defesa do referido trabalho de pesquisa, consumando assim esse ciclo de formação no ensino superior.

O TCC deve ser apresentado em dois momentos, conforme Resolução 001/2020 UFPA/CALTA/ FLDJ. O primeiro deles se intitula Exame de Qualificação (em Prática de Escrita Acadêmica), e seu propósito é aferir a qualidade inicial do trabalho e analisar seu

desenvolvimento processual, quando essa investigação obtiver ao menos 70% de integralização. Métodos, materiais, resultados, dentre outros elementos constitutivos da pesquisa devem ser apresentados pelo período de 15 a 20 minutos, de maneira que a arguição da banca avaliadora ? constituída por 3 (três) professores, sendo um deles o orientador ou coorientador ? se realize em não mais que 1h, prorrogável uma só vez pela mesma duração, conforme decisão dos próprios membros dessa comissão. O segundo momento, denominado Defesa de TCC (em Trabalho de Conclusão de Curso), trata-se do exame final da investigação realizada, com sua apresentação e defesa em sessão pública perante uma banca examinadora (de 15 a 20 min.) também composta por três docentes-pesquisadores, a saber, o orientador ou coorientador, e outros dois avaliadores independentes, preferencialmente os mesmos docentes do Exame de Qualificação, e que possuam comprovada atuação na área de pesquisa do trabalho. A arguição da defesa também se dará em não mais que 1h, semelhantemente prorrogável por igual período e uma só vez. Tanto o exame de qualificação, quanto a avaliação da defesa estão subordinadas aos critérios constantes do Formulário de Qualificação e do Formulário de Avaliação da Defesa de TCC, ambos em consonância com as determinações do NDE desta licenciatura e dos demais órgãos colegiados diretamente a ele associados, como o Colegiado do Curso e o Conselho da Faculdade.

POLÍTICA DE PESQUISA

A integração entre iniciativas de pesquisa, ensino e práticas extensionistas tem como escopo a aquisição de habilidades e competências relativas à exploração, exame e compreensão de múltiplos fenômenos linguísticos, literários e culturais ou educacionais. Essa articulação também fomenta a apropriação pelas(os) licenciandas(os) acerca de metodologias e técnicas analíticas, o domínio de habilidades para construir saberes e redimensioná-los em cada novo espaço cognitivo ou formativo em que eles passam a ser instanciados. Ademais, a pesquisa proporciona às(aos) educandas(os) o desenvolvimento ou a assunção de posturas investigativas e epistemológicas mais independentes e críticas sobre a própria área de atuação. Concomitantemente, a(o) licencianda(o) aprende a empregar procedimentos de pesquisa também como instrumentos de trabalho.

Somente através de contínua práticas investigativas é possível atribuir novas significações à licenciatura, que, superando a restrita concepção de espaço de transmissão de conhecimentos apenas ou de aquisição de informações (cf. FREIRE, 2000; 2016), oportuniza/promove a (

re)construção e a produção de múltiplos e dialógicos saberes (ver. BAKHTIN, 1997; 2010; 2012) , de maneira que a(o) graduanda(o) atue como agente mais autônomo da aprendizagem, e da refacção contínua da ciência da linguagem.

5.6.1 Estratégias para alcançar a política de pesquisa

De fato, como sugerido acima, as ações de investigação desenvolvidas na esfera formativa da docência merecem ser evidenciadas. Primeiro, atividades de pesquisa estão inevitavelmente vinculadas à uma perspectiva de redimensionamento da profissionalização do professor em pré-serviço(a), já que oportunizam a fertilização recíproca e epistêmica entre, de um lado, as experiências, observações e vivências, e, de outro, as concepções, teorias, explicações, hipóteses e atividades heurísticas próprias da ciência que nos permitiram avançar tanto nos últimos cem anos no campo da investigação linguística, educacional e sociocultural; quer seja dentro, quer seja fora da sala de aula.

Nesse sentido há uma série de estratégias empregadas pela UFPA para levar a efeito suas políticas de pesquisa. A mais ampla e eficaz dessas estratégias é o desenvolvimento de programas institucionais que auxiliam e favorecem a construção de espaços e a garantia de reservas/captações de recursos orçamentários adequados à realização da pesquisa em nível de graduação. O PIBIC (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica), por exemplo, tem por objetivo apoiar a criação e consolidação de grupos de pesquisa e qualificar o ensino de graduação na UFPA, por meio da concessão de auxílio financeiro a graduandas(os) sob orientação de docentes e técnicos do curso, coordenadores ou participantes de projetos de pesquisa registrados na instituição.

Já o PRODOUTOR (Programa de Apoio ao Doutor Pesquisador) reúne iniciativas de apoio aos docentes recém doutores, aos docentes doutores recém-contratados pela UFPA e às unidades acadêmicas que contratam docentes doutores. O apoio inclui a concessão de bolsas de iniciação científica às(aos) licenciandas(os) orientador por docentes doutores, a aquisição de equipamentos e a cobertura de despesas de custeio dos projetos de pesquisa. O PAEV (Programa de Apoio à Realização de Evento), por sua vez, oferece apoio ao desenvolvimento de encontros, seminários, congressos e jornadas científicas no Pará, coordenados por pesquisadores e/ou unidades acadêmicas da UFPA. Nessa modalidade são concedidos recursos para despesas de custeio relacionadas à organização e realização das atividades de produção e intercâmbio científicos.

Há também programas de apoio à pesquisa especificamente voltados a graduandas(os), como o PRO-DISCENTE (Programa de Apoio à Participação de Discentes da Pós-Graduação em Eventos Científicos). Sob esta política institucional, estudantes dos Programas de Pós-graduação da UFPA são estimulados a divulgar os resultados das pesquisas relacionadas

aos seus planos de dissertação ou tese nos eventos científicos mais importantes no país, em suas respectivas áreas, e assim contribuir para a expansão da produção científica da IES.

Na seara da produção científica em periódicos, a UFPA promove o PAPQ (Programa de Apoio à Publicação Qualificada). Neste caso, o objetivo é fomentar a publicação de artigos científicos de autoria de docentes, técnicos e discentes dos Programas de Pós-Graduação stricto sensu da UFPA, em revistas estrangeiras bem avaliadas pelas respectivas áreas de conhecimento. São cobertas despesas com tradução e revisão de textos, confecção de figuras e taxas de publicação.

Como se pode notar também a partir da estrutura curricular desta licenciatura, para além das estratégias e políticas de pesquisa da IES supramencionada, o Curso de Graduação em Letras Língua Inglesa busca inserir estudantes e docentes na iniciação, intercâmbio e aprimoramento de atividades científicas ao longo de todo o curso. Essas práticas podem também se realizar, por exemplo, através da produção de trabalhos acadêmicos como resumos científicos, resenhas ou revisões de literatura da área, artigos científicos, dentre outros gêneros textuais elaborados no seio dos componentes curriculares deste programa. Ao mesmo tempo, licenciandas(os) são incentivados a participar, quer seja como bolsista, quer seja como voluntário, em projetos de pesquisa, em eventos científicos diversos, práticas investigativas de campo, bem como em iniciativas de geração, tratamento, processamento e análise de dados. Essas atividades regulares em iniciação na pesquisa culminam, por exemplo, na produção do projeto de pesquisa e no trabalho monográfico de conclusão do curso ? elaboração que perpassa diversos componentes curriculares, especialmente aqueles relativos à metodologia científica e aos modos de se efetivar uma investigação rigorosa.

5.6.2 Iniciativas de pesquisa e a articulação com o ensino e a extensão

As abordagens epistemológicas, bem como as perspectivas de trabalho mais concreto partem do pressuposto de que a articulação entre pesquisa, ensino e extensão são imprescindíveis. Assim, seja de modo indireto ou direto, o desenvolvimento dos projetos de pesquisa, a partir das várias frente de trabalho dos grupos investigativos resvalam, dialogam ou se interseccionam em algum momento com práticas didático-pedagógicas. Ao passo em que se familiarizam com os instrumentos próprios do fazer científico, as(os) licenciandas(os) também se aproximam dos temas e tópicos que constituem a própria formação ou o fazer docente em suas múltiplas dimensões. Semelhantemente, muitos dos grupos em atividade no campus não apenas se integram à comunidade local ao torná-la participante da pesquisa, mas frequentemente devolve a ela as contribuições recebidas em forma de atividades de orientação, formação, valorização e compreensão de aspectos sociais, linguísticos e culturais locais.

A exemplo dessa integração, pode-se mencionar as iniciativas do grupo LICEPEX (Linguagem, identidade e cultura: ensino e pesquisa no médio Xingu), que não se trata de uma extensão de equipe investigativa exo-institucional, mas foi fundado no seio desta Faculdade de Letras. Como o próprio título do grupo aponta, o conjunto de docentes e discentes que compõem a equipe implementa propostas de trabalho cooperativo para fazer avançar a pesquisa em letras e linguística no interior da Amazônia legal, em particular nas regiões que margeiam o lendário rio Xingu. A partir das dimensões do discurso e da interação, do ensino de língua e literatura, os membros do grupo têm zelado não apenas pela exploração dos fenômenos linguístico-semânticos e estéticos que se instanciam no contexto desta licenciatura, mas têm também operado no sentido de publicizar os saberes gerados e de expandir as atividades formativas a partir dos resultados e avanços alcançados através da pesquisa. Essa realidade também é notada, entre outros elementos, pela reformulação de componentes curriculares deste curso, as resoluções e debates empreendidos pelo NDE a partir da pesquisa, bem como pela realização de oficinas, minicursos, palestras, cursos de idiomas, dentre outras iniciativas e eventos científicos, culturais e artísticos.

Para além disso, é importante recordar que outras muitas práticas de pesquisa, ensino e extensão se dão a partir dos muitos outros grupos em atividades neste campus universitário, e que são uma extensão de grupos inter-institucionais, conforme apontaremos a seguir.

Nesse sentido, essas práticas podem ser encontradas nas formalizações dos planos de trabalho dos docentes, os quais são em parte autorizados pelo Comitê Científico, quando se tratam de projetos de pesquisa/ensino/extensão, e em sua totalidade apreciados e aprovados pela direção e/ou pelo Conselho Deliberativo da Faculdade, e cumulativamente, quando pertinente, pelo Colegiado do Curso.

Adicionalmente ao trabalho de pesquisa, e como forma de subsidiar a integração desta com o ensino, a PROEG/UFPA, por meio da DIQUALE e do SAEST, implementa o Programa de Apoio à Qualificação do Ensino de Graduação, como se nota no Subprograma Monitoria. O programa, que também abrange esta licenciatura, consolida ações de qualificação do ensino de graduação por meio do estímulo à participação dos estudantes no desenvolvimento de atividades acadêmico-pedagógicas regulares, sob a orientação de docentes do curso. Nessa mesma dimensão de formação, docentes do curso também atuam no PIBEX (Programa Institucional de Bolsas de Extensão), no Navega Saberes-Infocentro, e no PIBID (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência), iniciativa financiada pela CAPES, e que atualmente se desenvolve em regime interdisciplinar em parceria com outras licenciaturas, como Educação do Campo e Língua Portuguesa. Neste e em outros exemplos, as atividades de ensino e extensão são primariamente informadas e orientadas a partir da pesquisa,

portanto, a partir da compreensão de variados fenômenos que constituem objeto de análise e discussão no interior da grande área de Letras e Linguística, bem como muitos dos elementos que compõem a grande área de Educação, Ciência e Tecnologia.

Em sua organização interna, a Faculdade de Letras Dalcídio Jurandir implementa uma série de normas e resoluções que visam a garantir a implementação e a qualidade de processos articulatórios entre pesquisa, ensino e extensão. Talvez um dos maiores exemplos do trabalho nessa dimensão seja a atuação conjunta de seu Comitê Científico e de seus NDEs. Para além disso, fica evidenciado pela análise de planos de trabalho docente anteriores, que uma das frentes mais amplas de atuação em pesquisa deste curso, e da outra licenciatura em letras que constitui esta subunidade, encontra-se de fato nas atividades investigativas por intermédio de projetos e de ações de grupos de pesquisa financiados e/ou coordenados por seus docentes.

Dentre as linhas de pesquisa mais frequentes na implementação dos projetos docentes, podem-se mencionar aquelas que contemplam maior número de ações e se instanciam através da participação mais ampla e efetiva de estudantes de iniciação científica, voluntários ou bolsistas, tais como:

1 . Linha de pesquisa em estudos linguísticos :

- a. Ensino-aprendizagem de língua inglesa e/ou língua materna;
- b. Análise e descrição linguísticas;
- c. Políticas Educacionais e História no Ensino de Línguas;
- d. Práticas didático-pedagógicas no ensino de língua franca;
- e. Teorias, métodos e epistemologias no ensino-aprendizagem de inglês;
- f. Discurso, interação e enunciação em materialidades textuais diversas;
- g. Formação docente para a língua inglesa;
- h. Morfossintaxe e fonologia no ensino de línguas;
- i. Interculturalidade e ensino de línguas no contexto dos povos indígenas e além;
- j. Tradução e práticas pedagógicas;
- k. Dialetoлогия no Ensino de Língua Inglesa.

2 . Linha de pesquisa em estudos literários e artísticos :

- a. Tradução literária no contexto amazônico;
- b. Poética na Amazônia Legal: estética, espaço e imaginário sociais;
- c. Literaturas africanas em língua inglesa;
- d. Literatura anglófona infantil e juvenil;
- e. Letramento literário e ensino;
- f. Educação e história social representadas na literatura;

g. Traduções semióticas em literatura e artes audiovisuais.

Em sentido comparável, os grupos de pesquisa em atividade, a partir do agenciamento de docentes que constituem o curso, se destinam a múltiplas questões educacionais e de linguagem (interacional, discursiva, sistêmico-funcional, estética etc.), que tanto se mostram relevantes no contexto regional quanto em esferas de debate mais amplas, o que certamente nem esgota as vias de investigação possíveis, tampouco descarta a necessidade da ampliação e acréscimos de novas equipes de pesquisa. Assim, nomeiam-se a seguir esses diversos grupos cuja extensão de trabalho tem se feito notar no entorno e no seio do próprio Curso de Letras-língua Inglesa, na Faculdade de Letras Dalcídio Jurandir, no Campus Universitário de Altamira e além:

? LICEPEX (Linguagem, identidade e cultura: ensino e pesquisa no médio Xingu), coordenado pelos Profs. Gilberto Alves Araújo (UFPA) e Raquel da Silva Lopes (UFPA), e com participação dos Profs. Jorge Adriano Pires Silva (UFPA) e Maria Ivonete Coutinho da Silva (UFPA) ? cujos estudos se organizam através de três linhas de investigação prioritárias (envolvendo discurso/interação, ensino de língua e ensino de literatura) que tencionam dialogar com os interesses, necessidades e desafios pertinentes às comunidades, culturas, manifestações artísticas e políticas, línguas e dialetos a partir do sudoeste do Pará e além.

? Poéticas do Médio Xingu (PMX), coordenado pelo Prof. Edmon Neto de Oliveira (UFPA) ? traça um panorama da produção poética de autores que residem na região do médio Xingu; e por meio de pesquisa bibliográfica feita em acervos (físicos e digitais) universitários e extrauniversitários, a equipe tem como objetivo construir uma cartografia mínima de poetas que residem na região e apresentam, em suas produções, expressões que contribuam para o registro de singularidades artísticas que mereçam vir a público.

? Tradução para o Inglês de Chão dos Lobos (TICLo), coordenado pela Profa. Juliana Cunha Menezes (UFPA) ? que pretende verter para a língua inglesa a obra do emblemático Dalcídio Jurandir, com vistas à internacionalização do escritor paraense, bem como seu uso no que se refere ao ensino de língua/literatura e à tradução pedagógica.

? Grupo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (GEABI), coordenado pelas Profas. Vilma Aparecida de Pinho e Francilene de Aguiar Parente (UFPA) ? que busca subsidiar a elaboração, acompanhamento e avaliação de diferentes instituições públicas de ensino com vistas à implementação de políticas públicas de diversidade cultural, em especial, voltadas para populações afro-brasileiras e povos indígenas.

? Psicologia e seus Desdobramentos (PASES), coordenado pela Profa. Priscilla Bellard Mendes de Souza ? discute a saúde mental universitária, através de pesquisas focais e discussões de artigos científicos, assim como elaboração de manuscritos sobre a temática,

que seguem submetidos em periódicos de alcance nacional e internacional.

? Grupo de Pesquisa em Ensino e Formação de Professores de Inglês (TEMPO), coordenado pela Profa. Kelly Cristina Marques Gaignoux e com participação da Profa. Gizélia Maria da Silva Freitas ? busca desenvolver estudos e reflexões na área de ensino e formação de professores de inglês e tem como referência teórica, principalmente, as contribuições advindas de dois campos: Educação e Linguística Aplicada.

? Poesia Brasileira Contemporânea (PBC), coordenado pelo Prof. Alberto Pucheu (UFRJ) e com participação do Prof. Edmo Neto de Oliveira (UFPA) ? o grupo acolhe docentes, estagiários de pós-doutoramento, discentes de pós-graduação e graduação, enquanto acata uma abertura ao estudo da poesia realizada no Brasil, de modo a ajudar na compreensão do que vem sendo realizado nas últimas décadas.

? Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Educação (GEPTE), coordenador pelos Profs. Ronaldo Marcos de Lima Araújo e Gilmar Pereira da Silva (UFPA), e com participação do Prof. Rozinaldo Ribeiro da Silva (UFPA) ? concentra-se no desenvolvimento de ações de pesquisa focadas nas políticas e nas práticas educativas dirigidas ao ensino médio e à educação profissional paraense e aos saberes e práticas educativas de trabalhadores e suas organizações.

? Grupo de Estudos do Sentido (GESTO), coordenado pela Prof. Luiza Helena Oliveira da Silva (UFNT) e com participação do Prof. Gilberto A. Araújo (UFPA) ? congrega pesquisadores que se dedicam à problemática do sentido, reunindo pesquisas em semiótica, literatura, história, geografia humana e saúde, e cujos trabalhos desenvolvidos visam a fundamentalmente contribuir para a compreensão e solução de problemas regionais, dando ênfase à Amazônia Legal e entorno.

? Experiências de Escolarização de Pessoas com Deficiência e Acessibilidade (GEPIDEA), coordenado pela Profa. Roseane Rabelo Souza Farias (UFPA) e com participação da Profa. Priscilla Bellard Mendes de Souza (UFPA) ? que busca compreender fenômenos e processos relativos à inclusão/exclusão de pessoas neurodiversas e com deficiência, explorando especialmente aspectos psicológicos, políticos e didático-pedagógicos dessas esferas da educação.

? Grupo Letramento do Professor (GLP), coordenado pelas Profs. Ana Lúcia Guedes Pinto e Angela Del Carmen Bustos Romero de Kleiman (UNICAMP), com participação da Profa. Odília Cardoso (UFPA) ? abriga diversos projetos que visam investigar as práticas sociais de uso da escrita de agentes de letramento escolar e não escolar, levando em conta seus contextos de atuação e a formação de uma identidade profissional.

? Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Continuada (GEPEC), coordenado pelos

Profs. Guilherme do Val Toledo Prado e Inês Ferreira de Souza Bragança (UNICAMP), com participação da Profa. Suzanny da Silva Lima (UFPA) ? tem como perspectiva a formação inicial e continuada de professores e profissionais da educação; e busca também a compreensão dos saberes e práticas cotidianas dentro da complexidade da organização do trabalho educativo e pedagógico.

POLÍTICA DE EXTENSÃO

Desde sua fundação, esta Licenciatura em Letras-Língua Inglesa tem incorporado na prática sua vocação para contribuir com a comunidade interna e externa, sobretudo no que se refere ao ensino de língua adicional. Seja através de projetos de extensão e ensino, seja através de programas institucionais e construções coletivas mais sólidas como o Centro de Idiomas, este curso de graduação procura sempre colocar em perspectiva a prestação de serviços à comunidade, bem como necessárias ações de inclusão.

No que se refere à língua inglesa, já existe há mais de anos, o Centro de Idiomas, financiado com o auxílio da FADESP/UFPA, que além de se apresentar como laboratório para a iniciação a docência por partes das(os) licenciadas(os), ainda desenvolve atividades de extensão diversas, também relacionadas ao ensino de línguas, como se pode notar em projetos anteriores como o English For Kids, coordenado pela Profa. Gizélia Maria da S. Freitas, Encantos Anglófonos: relações entre linguística e música e Aquisição de língua inglesa por Jovens e Adultos: uma abordagem comunicativo-funcional, ambos coordenados pelo Prof. Gilberto A. Araújo, dentre muitas outras iniciativas administradas por outros docentes. É evidente que a função precípua do centro é promover o ensino-aprendizagem de inglês para membros da comunidade do entorno da universidade ou os próprios discente, técnicos e demais professores da IES.

Para além desse papel primordial, o Centro de Idiomas também oferta cursos de Língua Brasileira de Sinais em diversos níveis. Nesse sentido, a iniciativa não só conta com a participação e liderança de membros da comunidade surda, bem como oportuniza o exercício da inclusão e do protagonismo surdo nessas ações didático-pedagógicas que atendem profissionais da educação do município e do estado, bem como indivíduos da sociedade civil que desejam ou necessitam aprender o idioma. Ao mesmo tempo, essa frente de ação do Centro de Idiomas implementa o devido reconhecimento das pessoas surdas enquanto sujeitos de direitos e, assim, possibilita sua valorização social como agentes capazes de exercer e promover tais garantias humanas e constitucionais. Por conseguinte, fortalecem-se

também as práticas individuais e sociais que oportunizam a promoção e a defesa dos direitos humanos, para além da reparação, ainda que provisória e parcial, das diferentes formas de violação de direitos (Parecer CNE/CP n.º 008/2012, e Resolução CNE/CP n.º. 001/ 2012). Ainda nesse quadro de acessibilidade e inclusão, faz-se necessário mencionar as atividades do projeto Letramentos Múltiplos via softwares de edição de texto: práticas de leitura-escrita como dispositivos de inclusão social e de combate ao analfabetismo funcional-digital, coordenado pelos Profs. Gilberto A. Araújo e Raquel da S. Lopes. A partir de uma visão comunicativa/sociointeracionista da linguagem (DUDENEY et al, 2016; ROJO, 2009 ; GOODY & WATT, 2006), esse projeto promove práticas de letramento e de alfabetização digital através da operação de computadores e de softwares de edição de texto, como o Microsoft Office ou LibreOffice. Nesse sentido, a iniciativa oferece aos estudantes do ensino médio e da graduação atividades de formação crítica voltadas à leitura, à escrita e manipulação de programas digitais próprios para a edição, elaboração, tratamento/formatação, distribuição ou recepção de textos em língua portuguesa. Em última instância, esse empreendimento procura auxiliar estudantes (cursando ou egressos do ensino médio, e ingressantes no ensino superior) a superarem os efeitos mais nocivos do analfabetismo funcional e digital. Para tanto, o projeto implementa um conjunto de ações direcionadas ao desenvolvimento das habilidades de compreensão/interpretação textual e de manuseio/apropriação de ferramentas digitais/TICs. Assim, espera-se que a apropriação crítico-reflexiva da leitura, da escrita e da semiótica digital dos softwares de edição/PCs, garanta o suporte necessário para que estudantes não apenas sejam incluídos na era tecnológica, mas também integrem com maior independência esta quarta revolução industrial; valendo-se de dispositivos e habilidades intelectuais que subsidiem a tomada de consciência social e política, e viabilizem o exercício de uma cidadania mais plena, portanto, mais justa e igualitária.

Adicionalmente, a extensão voltada à acessibilidade em processos qualitativos de educação, respeito à diversidade e acolhimento também se faz presente na estrutura do próprio currículo desta licenciatura, conforme observado nos componentes de Educação Especial e Processos de Inclusão no Ensino, Língua Brasileira de Sinais I e Língua Brasileira de Sinais II, dentro outros destinados à superação de limitações de aprendizagem e acesso à tecnologia, como Prática de Compreensão e Produção Escrita em Língua Portuguesa; e Atividade Extensionista III: Educação, Mídias e Tecnologias.

Como se pode notar neste e em outros conjuntos de ações, a UFPA em Altamira prima pela inserção da dimensão acadêmica da extensão na formação dos discentes e na construção do conhecimento. Ao lado disso, insiste no comprometimento da universidade com a sociedade,

mediado por umnexo bidirecional de mútua possibilitação. Assim, o que se pretende é a ininterrupta proposição de ações e de processos, nuclearizados em Programas e Projetos extensionistas como aqueles instanciados por programas como PROEX e Navega Saberes, implementados também a partir do curso de letras-ínglês, conforme já mencionado.

Conforme estabelece o Plano Nacional de Extensão Universitária (PNEXT) no âmbito da UFPA, a extensão se configura como uma esfera essencial para a ampliação ou redimensionamento da formação humana, principalmente por intermédio da aproximação e relação horizontais entre agentes universitários e agentes sociais extra-institucionais em torno da integração de conhecimentos diversificados, produzidos dentro e fora da IES. Além disso, a partir dos preceitos básicos desse plano, a curricularização da extensão deve fomentar neste curso de licenciatura a inserção de ações formativas abundantes em experiências e aprendizagens de cunho epistêmico-prático, intencional, crítico-reflexivo, colaborativo, interventivo e, por conseguinte, solidariamente transformador. Essa realidade tanto pode ser notada no que se refere às centenas de horas de extensão que perpassam transversalmente quase que a totalidade das unidades curriculares do curso, quanto também pode ser observada no núcleo específicos de práticas extensionistas enquanto ou no interior de componentes curriculares ? 405 (quatrocentas e cinco) horas ?, a exemplo do que ocorre em Atividade Prática e Extensionista de Didatização de Gêneros Textuais; Atividade Prática e Extensionista de Multiletramentos; Atividade Extensionista I: Educação e Direitos Humanos; Atividade Extensionista II: Educação, Meio Ambiente e Sociedade; e Atividade Extensionista III: Educação, Mídias e Tecnologias, dentre outras unidades deste programa curricular.

No intuito de ampliar a integralização de ações extensionistas também no cerne de outros componentes curriculares dos grupos I e II, conforme prescrito pela Resolução do CNE/CP de no. 002/2019, e a fim de que essas se somem às demais práticas exclusivamente extensionistas, mencionadas no parágrafo, cerca de 05 (cinco) unidades curriculares, para além daquelas já citadas. Dentro de cada um desses componentes, a carga horária de extensão constitui parcelas de trabalho que giram em torno de $\frac{1}{2}$ (metade ? 55%) da disponibilidade total daqueles componentes. Quando a integralidade das horas desses elementos curriculares (125h) é somada a todas as outras horas curriculares dedicadas exclusivamente à extensão (280h), tem-se o montante de 405 (quatrocentas e cinco) horas, o que corresponde a mais de 12% da carga horária total desta licenciatura (3.290h ? três mil duzentas e noventa horas), superando o padrão mínimo regulamentado pelo art. 63 , parágrafos 1º e 2º, da Resolução do CONSEPE/UFPA de nº. 4.399/2013 e pela Resolução do CNE/CES de n.º 007/2018 para os cursos de graduação.

Naquele rol de 05 componentes curriculares com atividades extensionistas, encontram-se unidades provenientes tanto da dimensão básica, quanto daquela mais específica, como por exemplo: Literatura Infantil e Juvenil em Português e Inglês, Educação Especial e Processos De Inclusão no Ensino, Linguística Aplicada e Ensino da língua inglesa, Currículo: teorias e práticas, e Gestão e Organização do Trabalho Pedagógico.

Por meio dessas unidades curriculares, são implementadas ações extensionistas, em acréscimo à formação de base teórico-pedagógica. Através de programas, projetos, cursos, eventos, prestação de serviços, produção científica (Resolução CONSEPE/UFPA no. 4.399/2013, art. 65), ou seja, por meio de seminários, oficinas, minicursos, palestras, produção de material didático e instrucional, saraus, colóquios, eventos, entre outros expedientes práticos de integração com a sociedade local, são compartilhados saberes e realizadas iniciativas de educação profissional das(os) licenciandas(os). Dessa forma, graduandas(os) não somente agenciam múltiplas atividades de comunicação e expressão, bem como tendem a se tornar mais competentes e habilidosos quando do estabelecimento de articulações sistemáticas entre a dimensão educacional e o domínio social de seu desenvolvimento enquanto seres humanos. Com efeito, também se tornam mais aptos ao exercício da cidadania e, portanto, mais comprometidos com sua carreira e com a transformação da paisagem sociocultural ao seu redor.

Sob essa perspectiva, a extensão passa de fato a cumprir sua meta mais elementar, qual seja, a de não somente promover intercâmbios sistemáticos e constantes entre IES e sociedade, mas também de oferecer respostas às demandas locais em forma de pesquisa e ensino, sob o viés da formação profissional reflexiva e crítico-científica, da educação para a cidadania/democracia e da formação para os direitos humanos. Assim, espera-se que as iniciativas de extensão, a partir do trabalho investigativo e didático-pedagógico, também auxiliem a mesorregião a superar determinados aspectos das numerosas formas de desigualdade do contexto, a começar pelas disparidades educacionais, ambientais e socioeconômicas.

É igualmente por intermédio da extensão que parte da responsabilidade institucional quanto à acessibilidade formativa e de publicização de conhecimentos, ou seja, quanto às práticas de inclusão social e educacional, é reconhecida em sentido mais lato e, então, cumprida em termos mais concretos. Por conseguinte, as práticas extensionistas devem se vincular ao desenvolvimento e aprimoramento do ensino e da pesquisa, favorecendo o avanço da qualidade de vida da sociedade local e em geral.

Por fim, compreende-se que ações extensionistas na estrutura mesma deste currículo oportuniza a implementação de aspectos teórico-metodológicos e a transposição didática

para a sala de aula, uma vez que operam como ensaios e exercícios interdisciplinares, e transversais, na atividade de docência. Isso também significa dizer que a(o) licencianda(o) estar-se-á preparando para apropriar-se de níveis gradativamente mais avançados no que diz respeito ao exercício da autonomia profissional, a tomada de decisões e a seleção rigorosa de procedimentos didático-pedagógicos em sua futura vida laboral.

O planejamento das atividades extensionistas dar-se-á sempre no início do semestre, a partir da contribuição de docentes, discentes e corpo técnico, conforme programação organizacional anual da faculdade e/ou do curso de licenciatura. Adicionalmente, as formas de registro de tais iniciativas de extensão devem ser tão diversificadas e criativas quanto a pluralidade e a natureza variada dos modos de intervenção construídos e/ou selecionados. Tais formas de registro podem incluir: relatórios, vídeo, imagens, áudio, atas, diários, portfólios, dentre outros aportes digitais e/ou físicos.

Assim, independente das ações desenvolvidas e dos produtos/processos que elas venham a promover, a avaliação do desempenho do estudante levará sempre em consideração os seguintes critérios: número de participantes envolvidos; nível de adequação da atividade ao contexto/necessidade da mesorregião; visibilidade para a universidade; indicadores de impacto interno e externo; relevância para a formação sócio-ecologicamente responsável; geração de produtos e processos; coerência entre metas e a aporte teórico/metodológico.

POLÍTICA DE INCLUSÃO SOCIAL

A política de inclusão social da UFPA se inicia desde o ingresso discente na instituição. Nesse sentido, o Processo Seletivo Especial (PSE) oferta até 1/5 (um quinto ? 20%) das vagas do curso de língua inglesa, e outros cursos de graduação, a povos originários/tradicionais. O objetivo é a materialização de ações afirmativas, assumidas pela universidade como importante política para o acesso ? bem como a permanência ? de cada vez mais jovens oriundos de povos e comunidades tradicionais no ensino superior.

Ademais, esta IES, no âmbito deste curso inclusive, adota o sistema de cotas para grupos minoritários/vulneráveis (PcD, PPI, entre outros). Já no que concerne à adoção de um sistema de reserva de vagas, a UFPA é uma das pioneiras. Desde o processo seletivo de 2008, metade das oportunidades de ingresso no processo seletivo da Instituição é reservada especificamente para quem estudou todo o ensino médio na rede pública de ensino (Cota Escola) e, desde o começo, esta IES já previa vagas específicas para quem, além de estudar na rede pública, também fosse negro(a) (Cota Racial, hoje, Cota Pretos, Pardos e Indígenas ?

PPI).

Com o tempo, foi adicionada ao sistema a reserva de vagas para estudantes de famílias cuja renda per capita é de até 1,5 salário mínimo (Cota Renda) e para Pessoas com Deficiência (Cota PcD). O sistema se consolidou em 2012, com a promulgação da Lei Federal no. 12.711, conhecida como Lei de Cotas e, posteriormente, com a Lei Federal no. 13.409/2016, que estabeleceu a Cota para PcD. Com efeito, esse sistema continua a ser aperfeiçoado e atualizado, conforme se nota na Resolução CONSEPE/UFPA de no. 5.104/2018. Assim, desde o PS 2019, a UFPA também oferta uma vaga extra em todos os cursos de graduação regulares para Pessoas com Deficiência (PcD).

No âmbito de iniciativas mais gerais, não necessariamente vinculadas a grupos vulneráveis, a UFPA adota o Sistema de Seleção Unificada (SISU). Trata-se de sistema digital, administrado pelo Ministério da Educação (MEC), no qual universidades federais ofertam vagas aos participantes do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Considerável número de vagas no curso de graduação em língua inglesa são preenchidas através do SISU.

No mesmo sentido de conjunto de ações gerais de acesso, o Programa MOBA também promove a acessibilidade de estudantes a este curso de licenciatura. Assim, esse programa apresenta duas formas de mobilidade acadêmica. Uma é interna (MOBIN), destinada exclusivamente a alunos(as) ativos(as) dos cursos de graduação da UFPA; e a outra é externa (MOBEX), destinada a candidatos(as) já graduados(as) ou a alunos(as) de outras Instituições de Ensino Superior que queiram ingressar no curso de língua inglesa da UFPA em Altamira. É de suma importância notar que a política de inclusão da universidade não cessa após o ingresso, mas prossegue ao longo de toda a licenciatura. No início de cada ano e/ou semestre, a IES recebe os calouros dos cursos de graduação. Esse acolhimento acontece em cada campus e engloba, além das boas-vindas da administração superior, a apresentação de programas e projetos para estudantes de graduação (Assistência Estudantil, Mobilidade Nacional e Internacional e Iniciação Científica, dentre outros), as Políticas Afirmativas na UFPA e atividades programadas por cada Centro Acadêmico.

Nesse sentido, a Política Institucional de Assistência Estudantil e de Acessibilidade (PINAE) é que articula o apoio aos estudantes do curso no âmbito do Campus de Altamira. A PINAE está apoiada em quatro eixos estruturantes: Assistência Estudantil, Integração Estudantil, Acessibilidade e Alimentação Estudantil, conforme abaixo definido, a partir dos quais serão estruturados programas, projetos e ações específicas: 1) Assistência Estudantil; 2) Integração Estudantil; 3) Acessibilidade; e 4) Alimentação Estudantil.

No que concerne à Assistência Estudantil, as ações desenvolvidas se projetam a partir de três programas estratégicos. O primeiro é o Programa Permanência, que auxilia discentes do

curso de língua inglesa com auxílios financeiros, na perspectiva de contribuir com a permanência de qualidade e sucesso no curso. O segundo é o Programa Casa dos Estudantes Universitários, que concede vaga gratuita na Casa de Estudantes da UFPA-Altamira àqueles que não possuem condições de custear moradia. O segundo é o Programa Bolsa Permanência do Ministério da Educação, que consiste na oferta de auxílio financeiro de até R\$ 900,00 a fim de minimizar as desigualdades sociais, étnico-raciais e contribuir para permanência e diplomação dos discentes de língua inglesa, em especial indígenas e quilombolas. O terceiro é o Programa Estudante-Convênio de Graduação / Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior, que se constitui na oferta de auxílio financeiro para alunos estrangeiros, regularmente matriculados em cursos de graduação.

No que se refere à Integração Estudantil, há uma série de programas, projetos e ações que contemplam as áreas de (i) apoio pedagógico: nivelamento da aprendizagem, inclusão digital, estudo de línguas estrangeiras, nivelamento da aprendizagem, acompanhamento do desempenho acadêmico dos discentes assistidos ? conforme se pode notar no Programa Navega Saberes, coordenado pelo Prof. Dr. Gilberto Araújo, no Curso Livre de Idiomas, coordenado pela Profa. Dra. Juliana Cunha, e no Projeto-PIBID (Práticas Pedagógicas e Letramento: a formação inicial de docentes na Região Transamazônica e Xingu), coordenado pelos docentes MSc. Gizélia Freitas, Dr. Edmon Oliveira, Dr. Gilberto Araújo, inter alia; (ii) atenção à saúde: em âmbito individual e coletivo, abrangendo a assistência e o atendimento, a prevenção de agravos, diagnóstico e o tratamento de baixa complexidade, visando o bem-estar e sua qualidade de vida, apoio psicossocial com atendimentos presenciais e atividades de prevenção e promoção a saúde mental, possibilitando o diagnóstico e o acompanhamento do sofrimento psíquico dos discentes, conforme se nota no Programa de Assistência Estudantil e Assessoramento Pedagógico (PASES), coordenado pela Profa. Dra. Priscilla Bellard, assessorado pela Profa. e médica psiquiatra Érika Pellegrino, e por quatro psicólogas colaboradoras. Além desses serviços, a integração estudantil é responsável pela concessão da bolsa de apoio à atividade acadêmica para discentes que atuam nos programas/projetos que apoiam à Assistência Estudantil.

No que tange mais especificamente a Acessibilidade, esta política na UFPA em Altamira atende o público alvo da Educação Especial no Ensino Superior, prestando Assistência Estudantil aos discentes com deficiência (física, visual, auditiva, Transtorno do Espectro Autista ? TEA e intelectual) e superdotação/altas habilidades, promovendo acesso, participação e aprendizagem a estes, a partir do fomento para a eliminação de barreiras pedagógicas, de comunicação e informação, tecnológicas, arquitetônicas, urbanísticas e de mobiliário e atitudinais. Essas ações são majoritariamente encampadas pela Coordenadoria

de Acessibilidade (CoAcess/SAEST), por meio do Programa Acadêmico de Acessibilidade-PROBAC.

Já no que se relaciona à Alimentação estudantil, a UFPA, por meio da DISAE, concede auxílio financeiro à nutrição para estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Na ausência de restaurante universitário no Campus de Altamira, os serviços de nutrição são desempenhados pelo Restaurante Popular da cidade, em parceria com o poder público municipal.

Para além dos programas, projetos, editais, bolsas e iniciativas da UFPA, na circunscrição deste curso de licenciatura, o colegiado do curso tem implementado o Projeto de Concessão de Material Didático de Suporte (Pro-COMDIS), que através de financiamento voluntário e coletivo oferece insumos pedagógicos gratuitos a estudantes em situação de vulnerabilidade.

PLANEJAMENTO DO TRABALHO DOCENTE

A Faculdade de Letras Dalcídio Jurandir (FLDJ), no âmbito desta Licenciatura em Letras-Língua Inglesa, deve garantir a realização do planejamento, a supervisão, ou o monitoramento, e a avaliação contínua das ações de ensino, pesquisa e extensão. Esse acompanhamento deve ser executado segundo os padrões definidos pelo Regimento Geral da UFPA e por seu Regulamento do Ensino de Graduação (Resolução CONSEPE/UFPA no. 4.399/2013)

Nesse contexto, o planejamento torna-se prática imprescindível que se desenvolve de maneira permanente e renovável, sempre em momento anterior à abertura oficial de cada um dos períodos letivos e deve se realizar em processos colaborativos entre professoras(es) de todas as subunidades do Campus, através de encontros agendados, conforme o que prescreve o Calendário Acadêmico desta IES.

Adicionalmente, a avaliação do semestre de atividades letivas do período anterior é condição sine qua non para que a etapa de ações acadêmicas posteriores possa ser adequadamente organizada. Desse modo, a análise qualitativa de uma fase do processo formativo pode oferecer fundamentos, dados e diagnósticos para que a intervenção e reformulação na etapa seguinte ocorra como devido.

Sob uma perspectiva mais concreta, o planejamento de cada período acadêmico deve obrigatoriamente se basear no diagnóstico da etapa letiva anterior, de modo que sejam considerados os índices de satisfação das(os) graduandas(os), professoras(es) e demais servidores universitários, sobretudo no que concerne às ações de ensino, pesquisa, extensão,

infraestrutura e relacionamentos interpessoais em ambiente laboral. Também não podem estar ausentes desse processo os resultados produzidos a partir das diversas práticas de extensão e pesquisa no interior da dimensão didático-pedagógica, ou seja, no ensino. Neste sentido, os planos de curso de todas as componentes curriculares implementados precisam ser incluídos nesse planejamento, bem como as ferramentas avaliativas aplicadas no semestre letivo anterior. Por último, neste rol de itens essenciais do planejamento, devem-se produzir cronogramas de oferta de atividades curriculares equacionadas ao tempo-espço e contexto, bem como aos recursos humanos e materiais disponíveis; para além, é claro, do cronograma de participação de professoras(es), graduandas(os) e demais servidores em eventos de natureza científica, cultural, incluindo igualmente os cursos, treinamentos e reuniões.

No decurso do período de planejamento, as(os) professoras(es) necessitam debater coletivamente acerca dos procedimentos metodológicos, acerca dos planos de curso e das estratégias didático-pedagógicas a serem adotadas no semestre letivo prestes a se iniciar. É também obrigatório e, portanto, de mais alta relevância que professoras(es) apresentem e discutam com as(os) licenciandas(os) o plano de ensino de cada componente curricular, já no primeiro dia de aula.

Para que o planejamento global referente a esta subunidade seja referendado pelo Conselho da FLDJ, as estratégias de avaliação contínua e sistemática devem ser explicitadas. Estes também devem se vincular aos conteúdos explorados, os itinerários selecionados no interior do processo formativo das unidades curriculares, a organização estrutural do curso, a performance da equipe de professoras e técnicos do curso, e a qualidade das articulações e das atividades desenvolvidas em parceria com estabelecimentos de ensino básico, sejam estas escolas de nível Fundamental ou Médio, ou mesmo instituições que promovam atividades em espaços não-formais. Ademais, ainda no que se refere ao planejamento, são indispensáveis as orientações do Programa de Avaliação de Cursos, coordenado pela PROEG.

SISTEMA DE AVALIAÇÃO

A. AVALIAÇÃO DO ENSINO E DA APRENDIZAGEM

A avaliação da aprendizagem é elemento essencial do macro-processo de educação universitária como um todo. Essa avaliação deve ser entendida como a geração, tratamento, leitura e interpretação de dados que viabilizem, ao docente, o diagnóstico sobre progresso de

ensino-aprendizagem, a partir do qual é possível se tomar decisões acerca do direcionamento do trabalho em sala de aula. Desse modo, a avaliação não deve ser encarada como instante isolado ao fim de um componente curricular ou no encerramento da graduação. De forma que, a fim de que se mantenha a função pedagógica da avaliação, é necessário que esta seja processual e contínua.

A produção acadêmica acerca do tema aponta os numerosos episódios e culturas institucionais que permitem o emprego equivocado da avaliação como ferramenta de sanção e perpetuação do autoritarismo docente. Ao mesmo tempo, estudos anteriores sugerem que o paradigma da condescendência do ensino brasileiro rende frutos desfavoráveis à formação de estudantes mais autônomos, dos quais se poderiam exigir níveis crescentes de rigor e zelo laboral. Por outro lado, compreende-se que os docentes elaboram sua práxis educacional baseadas em experiências pregressas, remontando, muitas vezes inconscientemente, ao período quando eram discentes. Com efeito, a fim de que se fomente uma formação integral e transdisciplinar, com vistas à educação docente e à independência de estudantes de línguas, é mister que o professor integre os estudantes ao processo e às escolhas avaliativas.

Portanto, a avaliação se orienta pelas metas discutidas e negociadas nos pactos pedagógicos firmados entre docente e discente, levando-se em conta que os componentes programáticos do plano de ensino e os requerimentos apontados no ementário.

Para além disso, este programa postula que se utilizem instrumentos avaliativos diversificados e implementados em diferentes momentos do processo de ensino-aprendizagem. Segundo Libâneo (1994), a verificação de aprendizagem se configura em três modalidades específicas, conforme o ponto específico do processo educacional ou unidade curricular ela é aplicada. Se empregada no início de um componente curricular, um semestre ou ano letivo, para verificar habilidades e competências que as(os) aprendentes dominam, bem como suas limitações, desafios e singularidades, dá-se o nome de avaliação diagnóstica. Se empreendida no decurso do processo educacional e objetiva informar a(o) docente acerca da performance atual da(o) educando(a), identificando lacunas de aprendizagem e dificuldades na organização de ensino, chama-se avaliação formativa. Porém, se a avaliação é realizada ao término de um processo formativo, com um propósito de aferir elementos cumulativos do ensino-aprendizagem, esta recebe o nome de somativa. Nesse sentido, enquanto as avaliações diagnóstica e somativa constroem um rol de pré-requisitos a partir dos quais o planejamento e o trabalho didático-pedagógico a seguir devem ser efetivados, a avaliação formativa objetiva o aprimoramento das aprendizagens em processo, independentemente da situação particular em que a(o) aprendente se encontra no espectro formativo. A avaliação formativa se faz tão essencial porque trata-se de garantir a

necessária e suficiente regulação do ensino-aprendizagem, dirigindo-o continuamente rumo a níveis crescentes de excelências (PERRENOUD, 1999); é justamente sobre essa verificação que a ênfase deste programa curricular recai, muito embora os outros tipos também devam obter espaço nas atividades formativas.

Adicionalmente, não se pode negligenciar outro tipo de aferição da aprendizagem alvez pouco debatida por intelectuais da área de educação, a avaliação emancipatória (LIBÂNEO, 2001) ; e sobre esta também deve haver suficiente foco por parte deste documento curricular. Nessa espécie de verificação, a meta maior é garantir a natureza transformadora do próprio processo de avaliação e de seus resultados. Assim, sob essa perspectiva emancipatória, conforme argumentamos na abertura deste PPC (ver. ANTUNES, 2009; FREIRE, 1983 ; 2016 ; ARROYO, 2012), são revistas a atuação da(o) professora(or), as práticas de ensino, a interação com as(os) aprendentes, a fim de que o profissional docente compreenda o funcionamento e as implicações de seu desempenho e opere a tomada de decisões fundamentada(o) em evidências e com maior consciência a respeito dos fenômenos e fatores que influenciam suas ações didático-pedagógicas. conhecimento de causa. Consequentemente, sob uma avaliação emancipatória, procura-se compreender que as decisões tomadas em face da prática avaliativa da(o) docente se refletem em dado posicionamento investigativo e que o resultado da investigação implica, por sua vez, em uma tomada de decisão que precisa ser aprofundada, coletiva e participativamente escrutinada, debatida.

Para Libâneo (2001), as características que definem uma avaliação emancipatória necessariamente apontam-na como uma verificação global e processual da prática de formação. Primeiramente, esta avaliação é precipuamente democrática, no sentido de que seus resultados são discutidos e negociados entre as(os) próprias(os) participantes do trabalho educacional. Além disso, ela exige práticas de autoavaliação, por intermédio de um processo crítico-reflexivo cauteloso e rigoroso de planejamento, observação e escrutínio, no qual a(o) docente também se torna um inquiridor. Em outras palavras, a avaliação não deve apenas atender ao processo regulatório e de controle, já que restringi-la a isso seria também cercear o potencial inovador de todos os agentes envolvidos na formação, mas deve também se prestar ao propósito da autodeterminação, ou seja, da independência e da autonomia solidária, e equitativamente construídas. Para tanto, essa avaliação deve primeiro descrever as realidades pertinentes, desenvolver a crítica a respeito delas e, então, criar conjuntamente alternativas para superar os óbices que elas apresentam, avançando, portanto, em direção a patamares mais satisfatórios de performance e efeitos pretendidos.

Sob essas premissas, no decurso do trabalho pedagógico podem ser utilizados variadas

espécies de práticas avaliativas, como relatos/relatórios, observação e anotações do docente, elaboração de textos e multimodais, produções teóricas não restritas à produção de gêneros acadêmicos, redações, apresentações orais e seminários, entrevistas, elaboração de projetos, avaliação por pares, provas orais, provas escritas, testes de proficiência, produção de planos de aula, desempenho didático/regência/demonstração de aula, entre outros. Em última instância, a decisão no que concerne ao momento, forma e aplicação de instrumentos avaliativos cabe, evidentemente, aos sujeitos envolvidos no processo.

Não obstante a multiplicidade de opções disponíveis para a condução do processo de avaliação pedagógica, a UFPA, curso de língua inglesa em Altamira prescreve que seu resultado definitivo seja oficialmente registrado na forma de conceitos, os quais devem manter uma relação de equivalência com intervalos numéricos em uma escala que vai de 0 a 10: EXC (Excelente) 9,0 a 10,0; BOM (Bom) 7,0 a 8,9; REG (Regular) 5,0 a 6,9; INS (Insuficiente) 0 a 4,9.

É considerado aprovado no componente curricular o estudante que obtiver conceito igual ou superior a REG e também comparecer a pelo menos 75% das atividades curriculares propostas. Ao acadêmico que, independentemente do conceito relativo à nota, comparecer menos de 75% das aulas é atribuído o conceito SF (Sem Frequência). Cabe salientar que, conforme o Regulamento da Graduação (Resolução CONSEPE/UFPA no. 4.399/2013), o aluno que não obtiver o conceito para aprovação na atividade curricular, mas possuir a frequência mínima de 75%, este terá direito a realizar uma avaliação substitutiva, cujo conceito aferido deverá ser inserido no lugar da nota anterior, alcançado no decurso das atividades. Por fim, ao estudante é facultada a oportunidade de solicitar revisão do conceito atribuído, sempre em observância aos prazos estabelecidos no calendário acadêmico e no regulamento da graduação.

No que concerne ao estágio, a verificação de aprendizagem demanda a análise de uma complexa rede de relações, as quais contemplam sujeitos, entidades, linguagens, situações, saberes, metodologias e procedimentos específicos. Assim, a avaliação, mais do que sob qualquer outra circunstância, deve considerar o processo de construção/desenvolvimento da aprendizagem, sempre a partir de contratos pedagógicos estabelecidos no início das atividades. Nesses contratos, que se dão por meio do programa docente do estágio, devem estar explicitados os critérios avaliativos a serem considerados pelo professor supervisor, fundamentado na expectativa de trabalho a ser desempenhado por cada um dos agentes que o firmam.

Nesse caso particular, a avaliação pode integrar, além do supervisor e do estagiário, o professor regente do escola-campo de estágio, da(s) turma(s) contempladas pelo trabalho do

estagiário, a instituição de ensino que acolheu o estudante e seus respectivos profissionais (coordenador pedagógico e/ou gestor). Estes podem, conforme deliberação do docente supervisor, avaliar a performance contínua do estagiário e outros aspectos pertinentes às atividades que empreendeu.

Os protocolos avaliativos do estagiário, mesmo que destinados precipuamente aos relatos/relatórios, são elaborados pelo professor supervisor e envolvem, por exemplo, a integração do discente estagiário no campo de estágio; o desempenho das tarefas, capacidade de aplicação do conhecimento teórico-prático; capacidade de autocrítica; autodisciplina; assiduidade/pontualidade, comprometimento, relacionamento interpessoal, postura profissional, entre outras habilidades e competências inerentes à profissão.

É preciso recordar que, independentemente dos instrumentos e critérios avaliativos empregados, ao fim de cada semestre das disciplinas de Estágio Supervisionado, os aprendizes devem produzir um Relatório Final de Estágio. Este documento possui natureza acadêmico-científica, portanto, apresenta teor teórico-prático, analítico e crítico-reflexivo, que permanece arquivado na coordenação de estágio da Faculdade de Letras para a satisfação dos requisitos normativos e regulamentares da UFPA. Ademais, esse Relatório Final de Estágio deve trazer a articulação e a sistematização dos saberes adquiridos e produzidos no decurso do trabalho de estágio, bem como ao longo de todo o curso de letras-inglês.

Como já mencionado há alguns parágrafos, a avaliação da aprendizagem é definida por meio de diferentes procedimentos, e cada professor em conjunto com seus estudantes selecionam o que melhor se adequa à dada atividade curricular, considerando sempre as peculiaridades dos conteúdos e as necessidades, limitações e potencialidades dos agentes envolvidos. Os professores do curso são frequentemente orientados pela coordenação a apresentar os procedimentos e critérios de avaliação logo no primeiro contato com os estudantes, através do plano de ensino. Tais docentes são também instados a discutir com a turma o resultado de cada avaliação parcial, antes de uma nova verificação da aprendizagem. Por conseguinte, reitera-se que a avaliação é compreendida enquanto processo e não como produto-fim, que, não obstante suas limitações em escala numérica, deverá refletir o mais fielmente possível os estágios do desenvolvimento da aprendizagem do estudante, sempre com vistas ao redirecionamento do trabalho pedagógico e à superação das dificuldades ou desafios que se apresentam. Por essa razão, docentes do curso são orientados a pensar procedimentos de avaliação que contribuam efetivamente para um ensino-aprendizagem contínuo, capaz de recorrer ao erro e às limitações momentâneas dos estudantes como ponto de partida, instanciando a avaliação enquanto processo verdadeiramente formativo e emancipatório.

Finalmente, é preciso recordar que a avaliação da aprendizagem também se realizará nas instâncias de desenvolvimento das aulas de campo, conforme apontado nas seções de prática como componente curricular e atividades complementares. Dessa forma, parece necessário reiterar que as avaliações recorrerão eventualmente às seguintes práticas desenvolvidas em viagens de campo, portanto, elementos obrigatórios para os quais se destinam recursos a fim de que sejam implementados fora do ambiente físico da UFPA em Altamira: (i) jornada investigativa in loco a comunidades linguísticas; (ii) visita científica a laboratórios de linguística, departamentos/entidades e instituições de tratamento de dados linguísticos e/ou didático-pedagógico relativo a idiomas; (iii) incursão a centros de análise fonética, fonoaudiológica, neurolinguística, dialetológica, entre outros; (iv) experiência/experimento cultural e analítico-reflexivo em museus/galerias de arte, amostras, feiras, exposições, performances, vernissages, e outros espaços formais ou informais de produção do estético e da cultura; (v) coleta de dados linguísticos e discursivos em escolas em áreas rurais, quilombolas, de reserva e assentamento, ou escolas de idiomas, comunidades bilíngues, dentre outras; (vi) análise da tradução e/ou interpretação linguística em campo nos espaços e eventos dos mais variados formatos e propósitos.

No que concerne a esta Licenciatura em Letras-Língua Inglesa, na UFPA, a avaliação das práticas e agentes do ensino se dá precipuamente através do Programa Institucional de Autoavaliação Institucional (AVALIA), disponível no sistema eletrônico SIGAA através de formulários digitais e autenticáveis por senha, entre outros dados pessoais. A realização dessa avaliação deve ocorrer ao fim de cada semestre letivo, e até no máximo o período específico de implementação das matrículas curriculares ou até o prazo máximo para lançamento de conceito, no caso da autoavaliação docente. Entre os critérios a partir dos quais discentes podem avaliar encontram-se: capacitação e habilidade do profissional, assiduidade, pontualidade, relações humanas, respeito à integralidade do roteiro/elementos programáticos, atualização e pertinência da bibliografia de cada disciplina ministrada, recursos e materiais didáticos utilizados, carga horária empregada na dimensão teórica/prática/extensão e questões relativas à metodologia avaliativa e didático-pedagógica, bem como o desempenho em outras tarefas docentes exigidas para o componente curricular. O escrutínio e interpretação primária dos resultados dessa aferição no AVALIA resvalam para o domínio da Comissão Própria de Avaliação (CPA) desta IES, que em conjunto com a Diretoria de Avaliação Institucional (DIAVI/PROPLAN) e a PROEG efetuam esse processo permanente e periodicamente. A síntese desses resultados é enviada ao Campus de Altamira,

que os encaminha à Faculdade de Letras, subunidade na qual se abriga esta licenciatura. A partir desse diagnóstico, o Conselho da Faculdade, o Colegiado do Curso, seu respectivo NDE, e comissões instituídas pela direção dessa subunidade se apropriam dessas informações enquanto elementos que subsidiam a compreensão do funcionamento do curso, o papel de seus membros docentes e a tomada de decisões, sempre com vistas aos ajustes e reformulações necessárias para o aprimoramento das práticas de ensino e gestão pedagógica. De um ponto de vista mais organizacional, interno e prático, o propósito da CPA é tornar a prática da avaliação institucional uma ação norteadora na tomada de decisões, gerando reflexão permanente das ações na universidade. Através de suas múltiplas ações, dentre as quais encontram-se publicização de relatórios diagnósticos, debates, portarias e resoluções, a CPA contribui para fortalecer as relações da Universidade com a comunidade interna e com a sociedade civil, enfatizando que o propósito da autoavaliação na UFPA tem caráter globalizante - porque envolve institutos, faculdades, núcleos e a comunidade, que pode e deve utilizar os benefícios que a universidade produz e disponibiliza, a partir dos seus cursos e demais atividades ? e interativo, uma vez que o processo e sua síntese deverão promover a integração das leituras e das atividades institucionais, entendidas como partes que interagem entre si.

O AVALIA, por exemplo, promovido pela CPA, para além do já explicitado acima, opera também como ferramenta global de autoconhecimento e procura traduzir muitas das certezas, incertezas, conquistas, erros, tentativas e acertos institucionais em compreensão sistêmica, e em novos planejamento e decisões estratégicos. Para tanto, gera, coleta, trata, processa e analisa dados de toda a comunidade sobre os processos de gestão de cursos, unidades e subunidades da UFPA.

Ainda na dimensão organizacional, o AVALIA é fundamental para o desenvolvimento de ações específicas para cada curso. É por meio das informações coletadas que os gestores podem definir estratégias de aprimoramento na qualidade do ensino. Esse programa se iniciou em 2018, em caráter experimental, sem obrigatoriedade, mas com baixa adesão de alunos e professores. A partir de 2019, a avaliação institucional passou a ter caráter compulsório e de política institucional, o que permitiu atingir um percentual de cerca de 70% de participação da comunidade docente e discente dos cursos de graduação.

Os dados coletados por meio do programa são analisados pela Divisão de Avaliação da Pró-Reitoria de Planejamento (Proplan). Assim, as coordenações de curso têm acesso a algumas informações relevantes, como a satisfação dos alunos em relação ao corpo docente, à infraestrutura do curso, à necessidade de capacitação continuada de professores, entre outros quesitos avaliados. O passo seguinte é a utilização dos dados pelas subunidades, em

conjunto com a administração superior, a fim de planejar ações que resultarão no aperfeiçoamento da qualidade do curso.

Também dentro do NDE, os dados do AVALIA são explorados e debatidos, de modo que essas discussões geram diálogos abertos com os membros do colegiado a fim de que se construam planos e estratégias de intervenção que redirecione o curso das atividades, recursos, metodologias, pressupostos, atitudes, valores e práticas dentro desta licenciatura. Professores, por sua vez, também podem opinar acerca do ensino nesta IES através dos questionários igualmente disponíveis no SIGAA, periódica e sistematicamente ao fim de cada período letivo. Essa aferição a partir da escuta docente aborda variadas dimensões que afetam o ensino, como infraestrutura disponível ao curso durante as aulas e cada turma com a qual trabalhou no período letivo. Dessa maneira, o AVALIA permite a IES apontar aspectos que beneficiem ou que dificultam o processo de ensino-aprendizagem, ao mesmo tempo em que fortalece as dimensões e práticas mais profícuas e contribui para que se estabeleçam estratégias de superação dos óbices à formação universitária em nível de graduação.

Nesse sentido, é responsabilidade não apenas do NDE, Conselho da Faculdade e Colegiado do Curso a recepção, tratamento e interpretação desses dados do AVALIA com vistas à intervenção; mas cabe também aos docentes apresentar alternativas pedagógicas que estimulem o aprimoramento das práticas de ensino. Com efeito, a garantia da participação qualitativa de discentes, a interação construtiva com os aprendentes e a comunicação clara e flexível desde o primeiro dia de atividades curriculares também é responsabilidade docente, segundo consta nas Orientações Gerais Para o Planejamento de Atividades Curriculares por Período Letivo da UFPA, apresentação e discussão do plano de ensino.

Esta licenciatura em língua inglesa também é continuamente submetida a aferições externas, conforme previsto pelo Sistema Nacional de Avaliação da educação Superior (SINAES). Este sistema, instituído pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, fundamenta-se na necessidade de promover a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional, da sua efetividade acadêmica e social e, especialmente, do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais. Sob essas premissas, a avaliação da UFPA adquire caráter formativo e visa ao aperfeiçoamento dos agentes da comunidade acadêmica e da instituição como um todo. Nesse sentido, a instituição constrói, aos poucos, uma cultura de avaliação que possibilita uma permanente atitude de tomada de consciência sobre sua missão e finalidades acadêmica e social.

Esse sistema, agenciado pelo INEP, também se incumbe de três grandes searas no âmbito da

análise do desempenho relativo às práticas institucionais de ensino: a Avaliação das Instituições de Educação Superior (AVALIES), considerando autoavaliação e avaliação externa; a Avaliação dos Cursos de Graduação (AGC), cuja meta é escrutinar a performance dos cursos de graduação, incluindo esta licenciatura, por meio de diversos instrumentos, dentre os quais se podem mencionar as comissões externas que realizam visita in loco e apreciam desde recursos e estratégias pedagógicas, até aspectos de infraestrutura; e a Avaliação do Desempenho dos Estudantes (ENADE), destinada aos discentes desta graduação e considerando o primeiro e o último ano do curso.

B. AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO

Conforme observado anteriormente, para a consecução de processos avaliativos compreensivos e instanciados, é essencial que no início de cada semestre letivo as avaliações e a interpretação desses dados, bem como seu emprego no replanejamento das ações deste programa curricular sejam efetuados periódica e inadiavelmente por todos os agentes envolvidos em sua gestão e execução. A avaliação deste PPC, por conseguinte, requer a participação integral de docentes, discentes e gestores, não apenas do NDE, embora este seja o foro primário e líder na condução dessas questões. Assim, este conjunto de atores devem refletir sobre os ajustes na organização curricular, adequações de conteúdo e reorientações práticas resultantes do SINAES e do AVALIA.

No que diz respeito ao papel do NDE do curso, seu papel na avaliação deste PPC não é apenas consultivo, bem como propositivo e executivo na dimensão didático-pedagógica, de modo que suas funções acadêmicas exigem o monitoramento e supervisão das múltiplas atividades que constituem os processos de ensino-aprendizagem postulados por este documento curricular. Portanto, o órgão deve liderar também as iniciativas de concepção, fortalecimento e permanente atualização do PPC, segundo orienta a Resolução do CONAES de no. 001/2010. A norma supracitada também prescreve que o NDE deve ser composto por 4 (quatro) professores titulares e quatro professores suplentes. Dentre os membros titulares, um deles é o coordenador do curso, que ocupa a função de presidente nato do órgão; e outros três docentes devem estar vinculados às grandes áreas de conhecimento do curso, neste caso Letras, Linguística e/ou Educação.

A fim de que este programa curricular seja adequadamente avaliado, esta licenciatura deve se apropriar também dos resultados de avaliações externas, como a do Exame Nacional de Avaliação de Desempenho dos estudantes (ENADE). Ora, os resultados desta verificação

oportunizam a aferição das limitações e das potencialidades desta licenciatura, o que, por sua vez, possibilita ao próprio NDE liderar a proposição de ações contínuas, voltadas ao aprimoramento da qualidade do ensino ofertado. Assim, ao passo em que ENADE contribui para o redirecionamento dos rumos desta graduação, sob o protagonismo do NDE e contribuição do colegiado do curso, do conselho da faculdade, e do corpo discente; o exame também fomenta a adequação das unidades curriculares às necessidades da mesorregião, e aos regulamentos em esfera institucional e nacional.

Em face desse sistema de avaliações que contempla perspectivas internas e externas, este PPC postula o desenvolvimento contínuo ? de preferência bianualmente ou em periodicidade anual, se possível ? do Fórum de Avaliação Contínua do Curso de Letras-Língua Inglesa (FACLLI). Este evento, muito embora possa ser seccionado de modo a contemplar as necessidades de agenda de cada grupo participante nos debates, deve preservar sua natureza democrática e participativa na medida em que escrutina a performance desta licenciatura com base nos dados fornecidos pelas avaliações internas e externas à UFPA.

Dentre as metas contempladas pelo conjunto de iniciativas que constituem essa autoavaliação, devem obrigatoriamente constar:

? Atualização das metodologias, avaliação das propostas e manutenção dos projetos pedagógicos condizentes com as diretrizes curriculares vigentes, bem como a identificação de possíveis dificuldades e/ou limitações, com vistas ao aprimoramento do processo didático-pedagógico e da qualidade dos serviços prestados aos discentes;

? Estímulo ao processo criativo de autocrítica do curso, fomentando uma cultura de constatação das necessidades de autoavaliação, a fim de que assegure à comunidade acadêmica ações permanentes de atualização e reformulação e os necessários níveis de accountability;

? Diagnóstico acerca das formas pelas quais se realizam e se articulam as práticas acadêmicas concernentes ao ensino, pesquisa, extensão e gestão;

? Assunção de compromissos com comunidade acadêmica em termos das diretrizes necessárias à transformação possível e demandada pelos participantes do processo educacional, explicitando-se as diretrizes do PPC e os pressupostos de uma aferição de desempenho consistente e democrática, que viabilizes novas implementações a partir dos diagnósticos apresentados;

? Revisão dos objetivos, metas e ações, a fim de que proporcionem novas perspectivas do curso em articulação com o momento histórico e ao contexto sociocultural em que o processo formativo se instância;

? Formulação, introdução e implementação de mudanças das atividades acadêmicas

relevantes e referendadas pela comunidade interna e externa quanto às práticas de ensino, pesquisa, extensão e administração.

Este programa curricular deve ser objeto de exame a partir de ao menos três perspectivas, acrescentando-se o ponto de vista da comunidade externa quando possível e pertinente. Devem necessariamente participar do processo avaliativo do curso os membros de seu corpo docente, corpo discente, gestores e técnicos. De semelhante modo, esses mesmos agentes devem contribuir solidariamente para que os desafios, limitações ou obstáculos sejam não somente identificados e analisados, mas também tratados e gradativamente superados por intermédio de ações planejadas de natureza contínua e compartilhada entre as esferas que compõe a instituição, a saber, o colegiado do curso, a subunidade, a unidade, a PROEG, a CPA, dentre outras divisões e departamentos correlatos.

DIMENSÃO 2 - CORPO DOCENTE E TUTORIAL

A. DOCENTES

Nome	Titulação máxima	Área de Concentração	Regime de Trabalho
Augusto César Pinto Figueiredo	Mestre	Política e Legislação na Educação	Dedicação Exclusiva
Gilberto Alves Araújo	Doutor	Linguística	Dedicação Exclusiva
GIZELIA MARIA DA SILVA FREITAS	Mestre	Linguística	Dedicação Exclusiva
Jorge Adriano Pires silva	Mestre	Linguística	Dedicação Exclusiva
Juliana Cunha Menezes	Doutor	Linguística	Dedicação Exclusiva
Odília Cardoso	Mestre	Língua Inglesa e Literatura	Dedicação Exclusiva
Suzanny da Silva Lima	Mestre	Linguística	Dedicação Exclusiva

B. TÉCNICOS

O corpo técnico-administrativo em educação do Campus Altamira atende a comunidade acadêmica, sendo composto por profissionais distribuídos nos seguintes cargos:

- ? Administrador
- ? Analista de Tecnologia da Informação
- ? Assistente de Alunos
- ? Assistente em Administração
- ? Assistente Social
- ? Auditor Auxiliar de Biblioteca
- ? Auxiliar em Administração
- ? Bibliotecário
- ? Contador
- ? Jornalista
- ? Pedagogo
- ? Psicólogo
- ? Técnico em Contabilidade
- ? Técnico de Laboratório
- ? Técnico em Assuntos Educacionais
- ? Técnico em Audiovisual
- ? Técnico em Secretariado

? Técnico em Tecnologia da Informação

O setor de ensino do Campus, que atua diretamente com os estudantes do curso, é composto por:

? Biblioteca

? Coordenação de Ensino

? Coordenadoria de Assistência Estudantil

? Coordenadoria Registros Escolares

? Direção de Ensino

Além desses, para atendimento exclusivo dos discentes e docentes da Faculdade de Letras, temos:

SERVIDOR	Local de atuação	FORMAÇÃO
Gilberto Alves Araújo	Coordenação	Letras Língua Inglesa
Adelson Luiz Bayma da Silva	Diretoria	Letras Língua Inglesa
Juliana Cunha Menezes	Vice-Diretoria	Letras Língua Portuguesa
Cristina Félix de Araújo	Secretaria	Letras Português

DIMENSÃO 3 - INFRAESTRUTURA

A. INSTALAÇÕES

Descrição	Tipo de Instalação	Capacidade de Alunos	Utilização	Quantidade
A Secretaria é voltada para atender as necessidades administrativas da Unidade e Subunidade da Faculdade de Letras Dalcídio Jurandir.	Secretaria	4	Administrativa	1
Salas de Aula: Esta Faculdade possui 08 salas de aula: 04 destinadas ao Curso Letras Língua Inglesa e 04 destinadas ao Curso de Letras Língua Portuguesa, as quais podem ser utilizadas na execução do Projeto Pedagógico em horário alternativo às aulas em andamento.	Sala	40	Aula	8
Coordenação: Este espaço se refere a coordenação de Letras Língua Inglesa, no intuito de coordenar e orientar academicamente os discentes do curso.	Sala	8	Orientação acadêmica	1
Direção: A direção constitui espaço à direção e vice-direção do curso de Letras, o qual atende Língua Portuguesa e Língua Inglesa.	Sala	6	Administrativa	1
Sala de reuniões: A Sala de reuniões é destinada a reuniões da Faculdade de Letras Língua Portuguesa e Língua Inglesa.	Sala	20	Reunião	1
Laboratório de Linguagem. Formato retangular medindo 15mX8m e 120m ² de área construída. Espaço para atividade em Fonética e Fonologia e radiodifusão.	Laboratório	120	Orientação acadêmica	1
Laboratório de Informática: espaço destinado a aulas a partir de recursos online, execução de softwares, bem como pesquisa em webpages e ao desenvolvimento de outras atividades adequadas ao emprego de computadores de mesa, ou seja, em formato desktop on-line.	Laboratório	24	Aula	1

B. RECURSOS MATERIAIS

Instalação	Equipamento	Disponibilidade	Quantidade	Complemento
A Secretaria é voltada para atender as necessidades administrativas da Unidade e Subunidade da Faculdade de Letras Dalcídio Jurandir.	computador	Cedido	1	Além de uma impressora
	mesa	Cedido	1	
Coordenação: Este espaço se refere a coordenação de Letras Língua Inglesa, no intuito de coordenar e orientar academicamente os discentes do curso.	computador	Cedido	1	Além de uma impressora
	mesa	Cedido	1	
Direção: A direção constitui espaço à direção e vice-direção do curso de Letras, o qual atende Língua Portuguesa e Língua Inglesa.	computador	Cedido	2	Além de uma impressora
	mesa	Cedido	2	
Sala de reuniões: A Sala de reuniões é destinada a reuniões da Faculdade de Letras Língua Portuguesa e Língua Inglesa.	quadro magnético	Cedido	1	
	mesa	Cedido	1	
Salas de Aula: Esta Faculdade possui 08 salas de aula: 04 destinadas ao Curso Letras Língua Inglesa e 04 destinadas ao Curso de Letras Língua Portuguesa, as quais podem ser utilizadas na execução do Projeto Pedagógico em horário alternativo às aulas em andamento.	datashow	Cedido	1	
	quadro magnético	Cedido	1	
	mesa	Cedido	1	

C. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Paula Simas de. A Ocupação do Sudoeste Paraense: desafios sociais e riscos ambientais. 138 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) ? Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, 2014.

ANTUNES, I. Muito além da gramática. São Paulo, Parábola, 2009.

ARROYO, M. G. Outros sujeitos, outras pedagogias. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BAKHTIN, M. (Volochninov). Marxismo e filosofia da linguagem. 13ª ed. Trad. M. Lahud; Y. F. Vieira. São Paulo: Hucitec, 2012.

BAKHTIN, M. M. Estética da criação verbal. 5ª ed. Trad. P. Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

BAKHTIN, M. M. Problemas da poética de Dostoievski. Trad. P. Bezerra. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

BNCC (disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>)

BNCFP (disponível em:

<https://formacaoprofessordotcom.files.wordpress.com/2018/12/BNC-Formac%C2%B8ao-de-Professores-V0.pdf>)

br/index.php/revista-helb/ano-2-no-2-12008/106-as-primeiras-faculdades-de-letras-no-brasil. Acesso em: 11 nov. 2017.

BRASIL. [Constituição (1988)] Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91 /2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. Brasília, DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

BRASIL. Decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei 10.436/2002 sobre a Língua Brasileira de Sinais ? Libras. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 23 de dezembro de 2005.

BRASIL. Decreto n.º 35.456, de 4 de maio de 1954. Concede autorização para funcionamento dos cursos de filosofia, matemática, geografia e história, ciências sociais, letras clássicas e pedagogia da Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras de Belém. Diário Oficial [da] União, Rio de Janeiro, DF, Seção 1, 17/5/1954, p. 8875.

BRASIL. INEP. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica IDEB. Brasília, DF: INEP, 2018. Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultado.seam?cid=3473526> . Acesso em: 3 mar. 2018.

BRASIL. Lei 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 25 de abril de 2002.

BRASIL. MEC. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: basenacionalcomum.mec.gov.br. Acesso em 09 de março de 2020.

BRASIL. MEC. Diretrizes Curriculares ? Cursos de Graduação. Brasília, DF: MEC, 2016b. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12991:diretrizes-curriculares-cursos-de-graduacao-&catid=323:orgaos-vinculados. Acesso em: 15 nov. 2017.

BRASIL. MEC. LDB. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 23 de dezembro de 1996.

BRASIL. MEC. PNE. Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001, que aprova o Plano Nacional da Educação e dá outras providências. Brasília, DF: MEC, 2001.

BRASIL. MEC. REUNI ? Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais: Diretrizes gerais. Brasília, DF: MEC, 2007.

BRASIL. MEC. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais ? 1ª a 4ª séries: Língua Portuguesa. Brasília, DF: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. MEC. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais ? 5ª a 8ª séries: Língua Portuguesa. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998.

BRITO, Cristiane Santos; LORDELO, José Albertino de Carvalho. Avaliação da aprendizagem no ensino superior: uma visão do aluno. In: TENÓRIO, Robinson Moreira; VIEIRA, Marcos Antonio (org.). Avaliação e sociedade: a negociação como caminho. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 253-272. Disponível em: [https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/112/4/Avaliacao e Sociedade.pdf](https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/112/4/Avaliacao%20e%20Sociedade.pdf). Acesso em: 20 maio 2019.

CASTRO, Maria Helena Guimarães de (org.). Situação da Educação Básica no Brasil. Brasília, DF: INEP, 1999.

DUDENEY, G. et al. Letramentos digitais. Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2016.

FREIRE, P. Educação e Mudança. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, P. Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos, 2000.

FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. 62ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

FURTADO, Victor. Quase 90 mil crianças e adolescentes estão fora da escola no Pará. O Liberal, 09 mai. 2022. Disponível em: <<https://www.oliberal.com/para/para-quase-90-mil-criancas-e-adolescentes-estao-fora-da-escola-1.532943>>. Acesso em: 21 fev. 2023.

GEOGERAL. Mesorregiões do Estado do Pará. GeoGeral ? Banco de Dados Geográficos, 09 set. 2008. Disponível em: <<https://geogeral.com/h/m/b/brpa.htm>>. Acesso em: 22 fev. 2023.

GOODY, J.; WATT, I. As consequências do letramento. São Paulo: Paulistana, 2006.

GUIMARÃES, Camila. Pará: quase 50% dos estudantes estão fora da idade para a série que estudam. O Liberal, 10 mai. 2022. Disponível em: <<https://www.oliberal.com/para/para-quase-50-dos-estudantes-estao-fora-da-idade-para-a-serie-que-estudam-1.533342>>. Acesso em: 21 fev. 2023.

INFOAMAZÔNIA. O desmatamento da maior área contínua de floresta da Amazônia. InfoAmazônia ? Geojornalismo na Amazônia, 21 jun. 2022. Disponível em: <

<https://infoamazonia.org/2021/09/17/area-floresta-desmatamento-desapareceu-amazonia/> >. Acesso em: 19 dez. 2022.

ISA. O arco do desmatamento e suas flechas. Instituto SocioAmbiental ? Acervo, 21 dez. 2019. Disponível em: <<https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/prov0115.pdf>>. Acesso em : 19 dez. 2022.

LIBÂNEO, J. C. Democratização da escola pública. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

LIBÂNEO, J. C. Didática. 15ª ed. São Paulo: Cortez, 1994.

LIBÂNEO, J. C. Didática. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2013.

MORIN, Edgar. Introdução ao pensamento complexo. Porto Alegre: Sulina, 2008.

PARECER CNE/CES 492/2001. Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 9 jul. 2001 b, seção 1e, p. 50.

PARECER CNE/CES n.º 1.363/2001, aprovado em 12 de dezembro de 2001. Retifica o Parecer CNE/CES n.º 492, de 3 de abril de 2001, que aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia, Ciências Sociais ? Antropologia, Ciência Política e Sociologia, Comunicação Social, Filosofia, Geografia, História, Letras, PARECER CNE/CES n.º 223/2006, aprovado em 20 de setembro de 2006. Consulta sobre a implantação das novas diretrizes curriculares, formulada pela Universidade Estadual de Ponta Grossa.

PARECER CNE/CES n.º 48/2013, aprovado em 20 de fevereiro de 2013 ? Consulta sobre equivalência dos diplomas apresentados pela Servidora Sirlene Aparecida Aarão com o solicitado em edital de Concurso Público.

PARECER CNE/CES n.º 492/2001, aprovado em 3 de abril de 2001. Aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia, Ciências Sociais ? Antropologia, Ciência Política e Sociologia, Comunicação Social, Filosofia, Geografia, História, Letras, Museologia e Serviço Social.

PARECER CNE/CES n.º 83/2007, aprovado em 29 de março de 2007. Consulta sobre a estruturação do curso de Licenciatura em Letras, tendo em vista as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Letras e para a Formação de Professores.

PARECER CNE/CP n.º 5/2009, aprovado em 5 de maio de 2009. Consulta sobre a licenciatura em Espanhol por complementação de estudos.

PARECERES E RESOLUÇÕES CNE

PERRENOUD, P. Avaliação: da excelência à regulação da aprendizagem: entre duas

lógicas. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

QS Ranking. QS Latin America University Rankings 2022. Top Universities, 01 jan. 2022.

Disponível em:

< <https://www.topuniversities.com/university-rankings/latin-american-university-rankings/2022>> . Acesso em: 15 fev. 2023.

QS Ranking. QS World University Rankings 2023: Top global universities. Top

Universities, 01 jan. 2023. Disponível em:

< <https://www.topuniversities.com/university-rankings/world-university-rankings/2023>>.

Acesso em: 15 fev. 2023.

Resolução CNE/CP N°2, de 20 de dezembro de 2019 (disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file>)

RESOLUÇÃO MEC N° 2, DE 1° DE JULHO DE 2015

RESOLUÇÃO N° 7, de 18 de dezembro de 2018 (disponível em:

https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55877808)

RESOLUÇÃO N. 4.399, DE 14 DE MAIO DE 2013 (disponível em:

RESOLUÇÃO CNE/CES n.º 18, de 13 de março de 2002. Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Letras.

RESOLUÇÃO CNE/CES n.º 2, de 27 de agosto de 2004. Adia o prazo previsto no art. 15 da Resolução CNE/CP 1/2002, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1º de setembro de 2004, Seção 1, p. 17.

RESOLUÇÃO CNE/CP N.º 1, de 18 de fevereiro de 2002. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.

RESOLUÇÃO CNE/CP n.º 1, de 18 de março de 2011. Estabelece diretrizes para a obtenção de uma nova habilitação pelos portadores de Diploma de Licenciatura em Letras.

RESOLUÇÃO CNE/CP N.º 2, de 19 de fevereiro de 2002. Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior.

RESOLUÇÃO CNE/CP n.º 2, de 1º de julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2 de julho de 2015, Seção 1, p. 8-12.

ROJO, R. Letramentos múltiplos, escola e inclusão social. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

RUF. Ranking de Universidades 2012. Folha de São Paulo, 01 jan. 2012. Disponível em: <<https://ruf.folha.uol.com.br/2012/rankings/rankingdeuniversidades/>>. Acesso em: 15 fev. 2023.

RUF. Ranking de Universidades 2013. Folha de São Paulo, 01 jan. 2013. Disponível em: <<https://ruf.folha.uol.com.br/2013/rankinguniversitariofolha/>>. Acesso em: 15 fev. 2023.

RUF. Ranking de Universidades 2014. Folha de São Paulo, 01 jan. 2014. Disponível em: <<https://ruf.folha.uol.com.br/2014/rankingdeuniversidades/>>. Acesso em: 15 fev. 2023.

RUF. Ranking de Universidades 2015. Folha de São Paulo, 01 jan. 2015. Disponível em: <<https://ruf.folha.uol.com.br/2015/ranking-de-universidades/>>. Acesso em: 15 fev. 2023.

RUF. Ranking de Universidades 2016. Folha de São Paulo, 01 jan. 2016. Disponível em: <<https://ruf.folha.uol.com.br/2016/>>. Acesso em: 15 fev. 2023.

RUF. Ranking de Universidades 2017. Folha de São Paulo, 01 jan. 2017. Disponível em: <<https://ruf.folha.uol.com.br/2017/>>. Acesso em: 15 fev. 2023.

RUF. Ranking de Universidades 2018. Folha de São Paulo, 01 jan. 2018. Disponível em: <<https://ruf.folha.uol.com.br/2018/>>. Acesso em: 15 fev. 2023.

RUF. Ranking de Universidades 2019. Folha de São Paulo, 01 jan. 2019. Disponível em: <<https://ruf.folha.uol.com.br/2019/>>. Acesso em: 15 fev. 2023.

São Paulo: Editora UNESP, 2000.

SCARTON, Gilberto. Guia de produção textual: assim é que se escreve. Porto Alegre: PUCRS, FALE/GWEB/PROGRAD, 2002. Disponível em: <http://www.pucrs.br/gpt>. Acesso em: 16 nov. 2010.

SECEX-PA. Relatório Sintético do Levantamento de Auditoria/ 2005. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2006. Disponível em: http://www.camara.leg.br/internet/Comissao/index/mista/orca/orcamento/OR2006/ObrasIrregulares/sintetico/25752029732350015_0343.pdf.

SOBRINHO, J. Dias; RISTOFF, D. I. Avaliação democrática: para uma universidade cidadã. Florianópolis: Insular, 2002.

SOBRINHO, J. Dias. Avaliação. Políticas Educacionais e Reformas da Educação Superior. São Paulo: Cortez, 2003.

TARDIF, M. Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis: Vozes, 2002.

TEIXEIRA. INEP. Sinopse Estatística da Educação Superior 2016. Brasília, DF: Inep, 2017a. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>. Acesso em: 14 abr. 2018.

THE Ranking. Emerging Economies University Rankings 2022. Times Higher Education, 01 jan. 2022b. Disponível em: <<https://www.timeshighereducation.com/world-university-rankings/2022/emerging-economi>

es-university-rankings#!/page/1/length/25/locations/BRA/sort_by/rank/sort_order/asc/cols/stats>. Acesso em: 15 fev. 2023.

THE Ranking. Latin America University Rankings 2018. Times Higher Education, 01 jan. 2018. Disponível em: <
https://www.timeshighereducation.com/world-university-rankings/2018/latin-america-university-rankings#!/page/1/length/25/locations/BRA/sort_by/rank/sort_order/asc/cols/undefined>. Acesso em: 15 fev. 2023.

THE Ranking. Latin America University Rankings 2021. Times Higher Education, 01 jan. 2021. Disponível em: <
https://www.timeshighereducation.com/world-university-rankings/2021/latin-america-university-rankings#!/page/1/length/25/locations/BRA/sort_by/rank/sort_order/asc/cols/undefined>. Acesso em: 15 fev. 2023.

THE Ranking. Latin America University Rankings 2021. Times Higher Education, 01 jan. 2021. Disponível em: <
https://www.timeshighereducation.com/world-university-rankings/2021/latin-america-university-rankings#!/page/1/length/25/locations/BRA/sort_by/rank/sort_order/asc/cols/undefined>. Acesso em: 15 fev. 2023.

THE Ranking. Latin America University Rankings 2022. Times Higher Education, 01 jan. 2022a. Disponível em:
< https://www.timeshighereducation.com/world-university-rankings/2022/latin-america-university-rankings#!/page/0/length/25/sort_by/rank/sort_order/asc/cols/undefined>. Acesso em: 15 fev. 2023.

UFPA. Conselho Superior de Ensino e Pesquisa. Resolução n.º 3.186, de 28 de junho de 2004 . Institui Diretrizes Curriculares para os Cursos de Graduação da Universidade Federal do Pará. Belém: UFPA/CONSEP, 2004.

UFPA. Conselho Superior de Ensino e Pesquisa. Resolução n.º. 3.381, de 29 de dezembro de 2005 . Homologa o Parecer n.º 135/2005 ? Câmara de Ensino de Graduação, que aprova a criação dos cursos que menciona. Belém: UFPA/CONSEP, 2005.

UFPA. Conselho Superior de Ensino e Pesquisa. Resolução n.º. 3.480, de 12 de dezembro de 2006. Dispõe sobre planos acadêmicos, regimes e horário de trabalho dos docentes da UFPA. Belém: UFPA/CONSEP, 2006.

UFPA. Pró-Reitora de Planejamento e Desenvolvimento Institucional. PDI ? Plano de Desenvolvimento Institucional 2016-2025 da Universidade Federal do Pará. Belém: UFPA/PROPLAN, 2017. Disponível em: http://pdi.ufpa.br/download.php?arquivo=media/PDI_2016-2025.pdf. Acesso em: 01 fev. 2018.

UFPA. Pró-Reitoria de Ensino de Graduação, CAC. Projeto Pedagógico on-line: roteiro de orientação. Belém: UFPA/PROEG, 2016.

UFPA. Regimento Geral. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 29 de dezembro de 2006.

UFPA. Estatuto. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 12 de julho de 2006.

UFPA. Regulamento do Ensino de Graduação no âmbito da UFPA. Resolução n.º. 3.633, de 14 de maio de 2013. Belém: UFPA, 2013. Disponível em: http://campusaltamira.ufpa.br/images/textos/regulamentograduacao_4399ufpa2013.pdf. Acesso em: 16 out. 2022.

ufpa.br/novo/index.php/2011/131-edicao-99--novembro/1273-memorias-e-historias-da-interiorizacao. Acesso em: 15 out. 2017.

USP. Projeto Pedagógico do Curso de Letras. São Paulo: Departamento de Letras Modernas, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, 2013. Disponível em: <http://www.dlm.fflch.usp.br/node/859>. Acesso em: 23 set. 2017.